



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 3ª Sessão Ordinária / 26 de setembro de 2024

PREÂMBULO

---Aos **vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do Centro Social de Belém, na Rua 11, Bairro de Belém (Terras do Forno), a **3.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2024**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---**Ponto 1** – Intervenção do público; -----

---**Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----

---**Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 27/06/2024; -----

---**Ponto 4** – Apreciação e votação da 2.ª revisão ao Orçamento; -----

---**Ponto 5** – Apreciação e votação do Procedimento de Receção e Tratamento de Denúncias de Infrações no âmbito do Direito da União Europeia e da Corrupção e Infrações Conexas da Freguesia de Belém; -----

---**Ponto 6** – Apreciação e aprovação do representante da Freguesia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lisboa Ocidental; -----

---**Ponto 7** – Apreciação e ratificação do Regulamento do Belém Vólei 2024; -----

---**Ponto 8** – Apreciação e votação do Regulamento da Competição Indoor do Belém Vólei; -----

---**Ponto 9** – Apreciação e votação do Regulamento do Concurso Montras de Natal de Belém 2024; -----

---**Ponto 10** – Apreciação e ratificação do novo Regulamento do Programa Escolas com Voz para o ano letivo 2024-2025; -----

---**Ponto 11** – Apreciação e votação da alteração à tabela de preços de venda ao público de artigos diversos para a prática de natação no Complexo de Piscinas do Restelo; -----

---**Ponto 12** – Apreciação e ratificação ao Regulamento Geral de Utilização e Funcionamento da Piscina Municipal do Restelo; -----

---**Ponto 13** – Apreciação e votação do Relatório de Avaliação do Projeto Clubes Paula Vicente;

---**Ponto 14** – Apreciação e votação do Relatório Anual de Atividades do Projeto Intervir em Belém; -----

---**Ponto 15** – Apreciação e votação do Projeto de Intervenção Socioeducativo do ano letivo 2024-2025; -----

---**Ponto 16** – Apreciação e votação do Relatório de Avaliação do Programa de Apoio à Família;

---**Ponto 17** – Apreciação e votação do Relatório Anual Comunidade Escolar, Escolas com Voz e Rádio Freguesia de Belém; -----

---**Ponto 18** – Apreciação e votação do protocolo entre a Junta de Freguesia de Belém e o Jardim Zoológico de Lisboa e de Aclimação em Portugal, S.A.; -----

---**Ponto 19** – Apreciação e votação do protocolo de Estágio do Curso de Treinador – Grau I entre a Junta de Freguesia de Belém, a Federação Portuguesa de Natação e Paulo Jorge Antunes de Sousa; -----

---**Ponto 20** – Apreciação e votação do Regulamento de utilização do Campo Polidesportivo de Caselas; -----

---**Ponto 21** – Apreciação e votação do Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e o Clube de Futebol “Os Belenenses”; -----

---**Ponto 22** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS), e secretariada por António Pedro da Fonseca Delicado (PSD), Primeiro Secretário, e Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD), Segunda Secretária. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

---Maria Teresa, em substituição de Fernando Manuel Magarreiro (PSD)-----

---Samuel Simão Ramos Cerca Serrano (PSD)-----

---Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP)-----

---Carlos Alberto Gomes Alves, em substituição de Filipa Machado Vaz (CDS-PP)-----

---Patrícia de Barros do Sacramento Campos (PS)-----

---Tiago Miguel Fernandes Veloso (PS)-----

---Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----

---Sandra Sofia Pinto da Costa (PS)-----

---Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Pedro Lancastre, em substituição de Ana Mafalda Sim-Sim Neves (IL)-----

---Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

PONTO 1 – Intervenção do público

--- Vítor Fino (Munícipe) ---

Para mim, o ponto de partida para esta intervenção é, de facto, apenas um, é o ponto de partida que eu considero fundamental: é que o campo é do clube. O campo é do clube. Falo aqui na qualidade de sócio do clube, apenas. Não falo em nome do clube; falo em meu nome, e enquanto sócio do clube: o campo é do clube. O campo é nosso, e eu já provei isso na primeira reunião que se fez no Caselas Futebol Clube, que, de facto, provei que o campo é do clube.

A Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier apoderou-se – o que é feio, nós apoderarmo-nos daquilo que não é nosso; sabemos todos disso, desde o berço, aqueles que fomos educados nessa direção, que nós nos apoderarmos daquilo que não é nosso é feio.

Então, o que é que sucede? A Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier apoderou-se de uma propriedade que não lhe pertencia, e a Freguesia de Belém agora – sabe-se lá por quê, mas na linha, de facto, enfim, de querer apresentar o que quer que seja, se são as pessoas que o fazem é porque têm isso na ideia, na cabeça – agora decidiram fazer daquilo um empreendimento lucrativo.

Bom, eu tenho algumas sugestões: a Junta de Freguesia pode criar aqui a sua própria EMEL, deve ser muito mais lucrativa, pode até nos passes sociais aproveitar e fazer passes sociais no âmbito da freguesia. Na verdade, aquilo que acontece é que aquilo que a Junta preconiza para o campo é um verdadeiro absurdo. É, de facto, na linha daquilo que já fez, que foi se apoderar daquilo que não lhe pertence. Na verdade, agora tirar ao clube aquilo que seria o seu fomento desportivo – na minha opinião – e o usufruto daquilo aos habitantes da freguesia – nem sequer é só de Caselas, porque, de facto, aquilo é no âmbito da freguesia, não está restritivo às pessoas que moram em Caselas. Eu não defendo isso, nem defendo nunca.

Agora, o que entendo é que, de facto, a Junta não tem o direito – não tem esse direito – de se apoderar daquilo que não lhe pertence. O campo é nosso, ponto final.

--- Elisenda Pérez (Munícipe) ---

Gostaria de começar por agradecer a vossa presença, e pela oportunidade de discutir um tema de grande relevância para a nossa comunidade.

O polidesportivo, que hoje nos reúne, é um espaço público criado para servir a comunidade, e deve continuar a ser usufruído pelos moradores da freguesia, preservando o espírito comunitário que sempre o caracterizou.

Entendo que a manutenção de um espaço assim acarreta despesas, mas acredito que o aluguer do campo para ajudar a cobrir esses custos pode e deve ser compatível com o descanso e bem-estar dos moradores. Afinal, a reabilitação do polidesportivo foi financiada com dinheiro público, o

dinheiro dos próprios moradores, o que torna inadmissível qualquer exploração que não leve isso em conta.

Gostaria também de questionar algumas decisões tomadas durante o processo das obras. Uma parte significativa do orçamento foi alocada à construção de uma bilheteira, uma estrutura que antes não existia, e portanto, não necessitava de qualquer intervenção. As obras duraram mais de seis meses, e por isso pergunto qual a razão para investir tempo e recursos numa estrutura que não fazia parte das prioridades.

Além disso, gostaria de entender o resultado da consulta pública que foi realizada. Por que motivos os resultados ainda não foram publicados? A maioria esmagadora dos moradores próximos ao campo assinou uma proposta que foi enviada à Junta. Nessa proposta, abordávamos várias questões fundamentais, como o horário de funcionamento do espaço, solicitando que fosse das oito e meia às sete da tarde, com um período reservado entre as cinco e as sete para que as crianças pudessem utilizar o campo. Esta solução permitiria que a Junta obtivesse rendimento durante o dia, ao mesmo tempo que garantiria o descanso dos moradores e evitaria problemas de estacionamento, uma preocupação crescente.

Sabemos, entretanto, que na última reunião, a Junta referiu que o horário de funcionamento iria até às vinte e uma, porque entre as dezoito e as vinte e uma seria o período mais lucrativo, ou o “*filet mignon*”. E eu pergunto onde é que fica a preocupação com os moradores nessa lógica.

Outra questão que não pode ser ignorada é o cumprimento das normas de trânsito na área. Solicitámos nessa proposta que fosse incluída uma advertência clara no regulamento para garantir que o aumento do trânsito gerado pelas atividades no polidesportivo não se tornasse um fardo para os moradores. Esse ponto foi incluído no regulamento?

Por fim, pedimos que as atividades no polidesportivo se limitassem ao desporto, sem dar lugar a outros eventos que possam causar perturbações adicionais à vida dos residentes. Essa petição foi considerada?

Quero lembrar a todos os presentes que a vossa responsabilidade é para com a comunidade. A vossa posição não deve ser utilizada para tirar proveito pessoal ou explorar o espaço, mas para servir o bem comum. A comunidade já expressou de forma clara e inequívoca o seu descontentamento com o rumo que a gestão do polidesportivo está a tomar.

E finalmente questiono: para onde irão as receitas deste modelo de exploração?

Agradeço a vossa atenção e apelo aos Partidos aqui presentes para que votem contra qualquer regulamento que não contemple os interesses comunitários que acabei de expor.

--- Jorge Macedo e Cunha (Municípe) ---

É a primeira vez que eu participo numa reunião deste género, nunca tinha vindo na vida a uma reunião, nem de Junta, nem de Câmara, e faço-o por um motivo que julgo legítimo, e por uma questão de bom senso.

E é a isso que eu venho apelar ao Executivo da Junta, ao Sr. Presidente, que pensem um bocadinho naquilo que estão a pensar fazer com este polidesportivo. Eu tenho andado um bocadinho arredado, já me envolvi no início desta questão. Entretanto, fui pai há pouco tempo, há uns meses, não tenho tido muito tempo, a minha vida profissional também não me permite, até com algum custo familiar vim a esta reunião, porque hoje nem sequer tive tempo de ver as minhas filhas.

E o que eu queria apelar era, realmente, ao bom senso – isto parece-me de elementar bom senso – que é o seguinte: o regulamento, daquilo que eu vi – e espero não estar a dizer nenhuma asneira – prevê que o polidesportivo seja alugado até às vinte e uma horas. Eu mudei de casa há uns anos atrás, vivi cerca de seis anos no Príncipe Real, e deixei de viver no Príncipe Real – gostava muito, era muito bom, saía de casa a pé, mas é complicadíssimo estacionar, levar uma criança a casa, parar o carro, descarregar compras, etc.

Como se sabe, Caselas – e a minha foi comprada, já era assim, e muitas são assim – efetivamente tinha lugares de estacionamento, até garagens, e muitas dessas garagens e lugares de estacionamento foram anulados. A culpa não foi minha, não fui eu que o fiz, muitas casas são assim. E, felizmente, quando fui para lá, e até ao dia de hoje, tenho a sorte – o que não acontece, por exemplo, com muitos amigos e familiares que tenho aqui na freguesia, que moram, por exemplo, no Restelo de Baixo, que têm uma dificuldade imensa no estacionamento, até neste bairro que eu não conhecia, que pela primeira vez vim aqui hoje, reparei que há muitos carros, não só aqui, como na rua que vem ali da Igreja da Memória, e se desce para aqui, em cima do passeio, e eu julgo que é isto que vai acontecer em Caselas. E é uma preocupação minha, é uma preocupação porque tenho filhos pequenos, até hoje tenho conseguido sempre pelo menos estacionar minimamente próximo de casa, mas num dia com mau tempo, uma pessoa que está adoentada, uma pessoa de idade, isto vai ser uma complicação, na minha ótica. Eu não sou ninguém, e por isso é que eu acho que venho aqui, só num sentido construtivo, de apelar ao bom senso, e pensarmos que se todos nós que vivemos nas nossas áreas de residência, tenho a certeza que toda a gente sabe que a hora crítica do estacionamento são as sete da tarde. As pessoas saem dos seus trabalhos às seis, seis e meia, chegarão a casa às sete, sete e meia, mas nunca chegam – ou raramente, eu posso às vezes chegar, porque o meu trabalho obriga a isso, chegar às nove e meia, dez, mas, por norma, quando eu chego às nove e meia, dez, já tenho uma dificuldade imensa em arranjar um estacionamento, ao passo que se chegar entre as sete, sete e meia, oito, é a hora crítica, ainda é possível talvez ter a sorte de arranjar.

O que é que me parece? Que com este uso às horas que estão previstas, até às vinte e uma horas, não só o estacionamento vai ser prejudicado fortemente – porque eu também não me oporia, de forma nenhuma, porque já se pôs a questão de quem é contra e quem é a favor do polidesportivo; eu acho que ninguém é contra, toda a gente é a favor, toda a gente é a favor da requalificação das estruturas, que não estejam abandonadas. Agora, acho que as coisas têm que

ser pensadas. E para isso, devia ter sido, na minha ótica, além da requalificação do polidesportivo, devia ter havido lugar a um estudo de estacionamento, e criar esse estacionamento, coisa que não foi feita.

Por isso, eu volto a dizer, e para lá disso, eu também venho aqui num espírito solidário com os meus vizinhos, que não é o meu caso, porque eu não vou ser afetado diretamente pelo barulho, mas eu vejo que, por exemplo, em autoestradas em que os carros estão muitíssimo mais afastados das moradias, ou das casas, e há barreiras de proteção sonora, neste caso nada foi feito nesse sentido.

Como digo, eu não estou a falar por mim, eu não vou ser afetado diretamente. Agora, ainda hoje vi uma notícia, que o Eng.º Carlos Moedas apresentou uma proposta para minimizar o número de voos noturnos, pelo estrago que isso causa, psicológico, e na qualidade de vida das pessoas. E eu apelo mais uma vez ao bom senso. Isto parece uma medida, que o Eng.º Carlos Moedas hoje apresentou, de muito bom senso. Obviamente que terá o seu contra, porque o turismo, os aviões, tudo isso é uma mais valia para o país, mas nós temos de pensar também na qualidade de vida das pessoas.

E é isso que eu, mais uma vez – e vou acabar, e terminar, e peço desculpa – apelo ao bom senso, a que pensem na qualidade de vida das pessoas, dos moradores, quer ao nível do desconforto – eu falo muito rapidamente, as minhas filhas deitam-se às sete da tarde; se eu vivesse em frente ao polidesportivo, e tiver berros e gritos, provavelmente isso iria acordá-las. Infelizmente, tenho os autocarros a passar – e isso o Sr. Presidente já sabe, também foi outra luta – que passam no bairro, que é uma coisa que eu até sugeria, acabarem com os autocarros, e o que me foi dito é que não, é impossível, porque isto é um bairro com gente de muita idade, e as pessoas não podem andar tanto para ir para uma paragem de autocarro.

Ora, se não têm lugares de estacionamento, e isto se vai tornar num caos a estas horas, até as pessoas de idade que vivem no bairro também vão ser prejudicadas. Nós estamos a prejudicar crianças, adultos, pessoas de idade, toda a gente.

--- Manuel Ferreira (Munícipe) ---

Continuando no tema, mas numa outra zona, a nossa freguesia, ainda há poucos meses, foi conhecida no país inteiro por ter soluções *sui generis* para o estacionamento. Eu não vou agora discutir esta questão, mas a questão do estacionamento dos carros em cima do passeio.

Bom, na altura, não sei se foi o Sr. Presidente, se foi o Sr. Presidente da Câmara, disseram, quando se viram confrontados pela imprensa com esta questão, que isto é uma solução temporária. Bom, o tempo vai passando.

O que me traz aqui agora é perguntar, realmente, se em alternativa a esta solução *sui generis* dos carros em cima dos passeios, se já estão a ser estudadas outras soluções, ou se estão a ser estudadas, é no sentido contrário. É que me parece que não, porque na semana passada (penso eu) tive conhecimento visual de ver que vai ser acabado com mais um parque de estacionamento

aqui na nossa freguesia, um parque à entrada da freguesia, que servia para os moradores, e que servia também para pessoas que vão trabalhar para o centro de Lisboa, e que deixavam o carro ali.

Bom, o parque vai ser reduzido em cerca de um terço, no lado de Algés, já é toda paga aquela zona ali, e portanto, vai ser uma amputação dolorosa.

Portanto, a minha pergunta é no sentido de saber por que é que se acabou com aquele parque ali – eu sei que é para construir uma casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, penso eu, mas se não haveria outras soluções, com tantas casas que há aí abandonadas, palacetes, etc., de instalar essa casa aí, se a solução era mesmo acabar com mais um parque, e se isso faz parte das soluções alternativas à medida que foi tomada aqui há uns meses.

--- José Vaz (Município) ---

Vou falar de duas coisas distintas, não tem nada uma a ver com a outra.

A primeira era referir que eu mandei dois *e-mails* a falar sobre problemas da freguesia, e aos quais não obtive resposta. Acho que uma entidade pública, no mínimo, tem a obrigatoriedade de responder aos *e-mails*, não só cordialmente, mas como entidade pública.

Para falar do campo, que aqui se tem debatido, a única pessoa que aqui disse alguma coisa que acho que tem algum interesse foi o Sr. Vítor Fino, que falou no aspeto global do que é o campo. Todas as outras pessoas falaram individualmente, dos interesses de cada um.

Os carros, se cada um dos moradores tiver quatro carros, não há estacionamento, obviamente. As pessoas falam, falam, mas, quer dizer, se cada um tem quatro carros, podem fazer os estacionamentos que quiserem, não dá. Portanto, o problema dos carros é um falso, porque todas as pessoas têm três ou quatro carros no bairro, e, se calhar, alguns que até falam têm os carros em cima do passeio.

Depois, temos outra questão, do bem-estar, foi aqui referenciado o bem-estar. O que é o bem-estar? O bem-estar é uma coisa relativa. Se o bem-estar é de dez pessoas, e depois se tira a oportunidade de fazer desporto para trezentas ou quatrocentas, o que é o bem-estar? Quer dizer, há pessoas que, com certeza, terão o problema dos filhos, que têm que se deitar cedo, eu concordo, eu também não gosto de estar a ouvir o barulho dos cães desde a meia-noite até às oito da manhã, e não vejo aqui ninguém a referenciar que os cães fazem barulho. Quer dizer, não venho aqui agora falar de cães.

Quer dizer, ou eu venho aqui falar do interesse geral do que é Caselas, enquanto bairro, e o clube, ou então, quer dizer, falar em nome individual, porque faz barulho, porque não tem estacionamento... Então, vamos fazer uma coisa, que é a seguinte: quer dizer, quem tem filhos a praticar desporto noutros sítios, as outras pessoas vão-se queixar. Eu tive o meu filho, que jogou no Belenenses uma data de anos, eu ia para a escola de Linda-a-Velha, ou ia para outros campos, e ia ocupar o espaço daquelas pessoas que moravam nesses sítios. Então, o que é que essas

peessoas vão fazer? As pessoas que estão aqui não têm filhos nas escolas? Não têm filhos a praticar desporto? O que é que se faz?

Então, quer dizer, em detrimento do desporto, vão-se aqui salvaguardar três ou quatro pessoas, que têm o seu direito legítimo de achar que há barulho – mas, os filhos dessas pessoas não praticam desporto? Não vão ocupar um outro espaço de outras pessoas? Não é pertinente? Eu acho que é pertinente pensar nisso.

Acho que se tem que pensar no clube, no clube em si – quando eu falo no clube, porque eu sou de Caselas há muitos anos, o campo em si, o campo tem que ser aproveitado, não pode estar como está. Eu não sei como é que o campo está, há mais de oito ou nove anos está nas condições em que está, não tem aproveitamento nenhum. Acho que a questão do campo tem que ser analisada no ponto de a quem é que serve, e a quem é que deve servir.

Eu concordo, as pessoas têm o direito delas, não gostam de barulho, tudo bem, eu concordo.

Outra coisa que eu não percebo aqui é o horário. Eu não vejo nenhum horário, quando quero praticar desporto – e pratico, gosto de jogar futebol de cinco, e quando vou para os outros sítios, tenho que arrumar o carro a dez quilómetros, a cinco quilómetros, é conforme. Portanto, essa questão do praticar desporto e ir ocupar, essa questão de levar carros a mais para Caselas quando se joga uma hora, são doze pessoas a ocupar o campo, por hora, se cada um ocupar, são mais doze carros, isto é uma questão de quem nunca praticou desporto e não tem um conceito do que é o desporto em si, é que levanta estas polémicas. Isto não é nenhuma polémica, isto é assim. Senão, vamos para a cidade de Lisboa, que não podem entrar trezentos mil carros. A questão do Moedas, tirar aí parqueamentos, isto é um problema sem fim.

O que é que eu acho? Acho que aqui o bom senso impera, de facto, que haja um horário, obviamente, não se quer prejudicar as pessoas que lá estão, que têm o direito à vida delas. O campo, é um facto, já lá estava – e o Vítor Fino falou, e bem, o campo pertence ao clube, ou deveria pertencer ao clube. Se pertenceu e foi tirado, foram por outras coisas que não vale a pena estarmos aqui a referenciar. Mas, uma coisa é certa, quer dizer, o clube deve servir a freguesia. O clube deve servir a freguesia.

Eu sou plenamente a favor, há muito tempo, acho que o campo já devia estar em funcionamento há muito tempo, acho que as pessoas estão privadas de um sítio privilegiado para poder praticar desporto.

E em relação ao horário, o horário, segundo aquilo que diz a Lei do Estado, é que não se pode fazer barulho a partir das dez, até às sete da manhã – claro, desde que o barulho não seja barulho gerado no campo. Eu não estou a ver o barulho que é provocado por alguém a jogar futebol, que vá prejudicar pessoas que vivem na rua não sei quê, treze.

Outra coisa que eu acho curiosa é que ouvi aqui pessoas já mais do que uma vez falar, e as pessoas que estão aqui, nem sequer as conheço, mas não se fala do problema das ruas que estão

todas esburacadas, não se fala dos problemas de estacionamento à saída do bairro, todos os dias de manhã, com o colégio, ninguém fala nisso. Quer dizer, é Caselas, e é em frente ao clube é que há um problema, e parece que é o clube maioritário e mais importante da freguesia, que não é. É a saída, todos os dias, para sair para trabalhar, que as pessoas não conseguem sair do bairro, são os carros em cima dos passeios – que já foi aqui referenciado – e outra coisa que é interessante, que acho que isso é que ninguém refere, e com salvaguarda aqui destes pontos todos – aliás, os *e-mails* que mandei para cá tinham a ver com o mau estado das ruas em Caselas, e da falta de limpeza que há em Caselas, porque não basta estar aqui a telefonar, ou sempre que alguém se lembra, que é o meu caso, telefonar para cá, ou mandar *e-mails*, e não obter resposta.

--- Presidente do Executivo ---

Sobre esta questão de que vieram falar, fundamentalmente, pronto, dizem que o campo é do Caselas, e que não é da Junta, e que como se paga com o dinheiro dos nossos impostos, tem que ser da população de Caselas. Então, para isso, é da população em geral, e é para a população em geral.

No meio disto tudo, aquilo estava muito degradado, aquele polidesportivo, tentámos reabilitá-lo, como está reabilitado, ficar um bom parque desportivo para as pessoas poderem praticar desporto, todas. E arranjámos horas mortas também, para poder ser praticado desporto por parte de moradores, também.

Obviamente que também há uma faceta paga, com algumas taxas, porque aquilo tem que ter manutenção. E por isso mesmo, é importante, porque há muita procura para esse efeito.

De qualquer forma, temos algumas medidas – aliás, está previsto isso, já está encomendado, vamos ter redes de proteção nos topos do campo, para não irem as bolas contras as grades e fazer aquele barulho super desagradável. Aliás, era uma das coisas que nos pediam, mas nós já estávamos a pensar nisso, estamos a fazer também nos outros polidesportivos que temos espalhados. Sei que vão degradando aquilo, mas vamos assumir, imaginem, umas redes, que vão ter que demorar seis meses, e depois outros seis meses, porque se vão degradar as redes, já sei como é que é, pronto. Mas, isso é importante, porque limita muito o barulho – e percebo que faz grande barulho.

Bom senso, tentamos ter bom senso, por isso mesmo é que tivemos essa participação pública. Em várias situações nós fomos recetivos, outras também, outras não tanto, porque achámos que era um bocadinho demais.

Tivemos uma reunião, ainda há pouco tempo, com uma entidade – que não estou aqui a ver ninguém – que estiveram lá a falar connosco, na Junta, porque tinham entregue, até ao dia 4, uma exposição – já tínhamos tido isso em devida conta, mas era até ao dia 5 e eles entregaram no dia 4 – depois pediram para ser recebidos, recebemo-los ainda antes desta Assembleia. Não correu mal a reunião com uma das pessoas, mas a outra foi muito impetuosa, realmente correu mal. E daí não se ter tirado nenhuma conclusão, porque nós até estávamos, nessa altura, a tentar fazer algumas cedências, porque nós estamos aqui, realmente, para arranjar atividades que sejam boas,

o melhor possível para a população. Reparem, isto é uma medida que está no nosso programa de atividades, aprovado, isto foi aprovado pela população da freguesia toda, esta reabilitação deste polidesportivo.

E por isso mesmo é que nós queríamos ouvir as pessoas, mas, realmente, quando começam a falar, até às dezanove horas, e pronto, ponto final, parágrafo, e depois grande parte era só para as pessoas do bairro, e sei lá mais o quê – imaginem se eu fosse fazer isso na piscina, a piscina vai ser só às tantas horas, só para as pessoas daquela zona ali do Restelo de Cima. Quer dizer, não pode ser, são equipamentos de toda a freguesia. E aquele é um equipamento muito bom, com uns bons balneários, com uma boa iluminação.

Agora, há aqui umas coisas estranhas. Por exemplo, ontem soubemos que a polícia andou lá a multar. Eu fui perguntar ao Sr. Comandante da Polícia Municipal por que é que foram multar aquelas pessoas todas, lá no Bairro de Caselas, e ele disse: “Recebemos várias denúncias.” Não foi uma, várias pessoas de lá telefonaram, para irmos multar.

Portanto, eu interpretei isso como uma forma de criar um ambiente propício, depois, a este tipo de situações, para as pessoas ficarem aborrecidas. Ontem foram autuados carros que estavam em infração, mas não é o dia a dia, pronto. Mas, aquilo é estranho, e alguém que me pudesse explicar por que é que essas pessoas, ontem, escolheram essa data para ir chamar a polícia para fazer isso, havendo hoje uma Assembleia, em que isso poderia ter sido visto.

Também vos posso dizer que conheço bem aquela situação, aquela zona, e garanto-lhes que toda aquela zona que está atrás do parque, em frente à escola, está completamente sem nenhum carro durante a noite e ao fim da tarde, está sem ninguém. Não estou a dizer que é um mar de rosas, mas como nós temos sido muito contra a vinda da EMEL para aqui... Vai-me falar que se pode pôr só para residentes; não, não pode, porque não pode ser fiscalizado, porque não vamos ter a EMEL. É uma coisa assumida por nós, e não só, por Alcântara e pela Ajuda, estas freguesias mais periféricas. Realmente, se estivéssemos mais no centro, era inevitável que tínhamos que ter a EMEL, mas para aqui, para já, penso que não, porque quando a EMEL entrar, já nunca mais sai. E portanto, eu não quero ter essa responsabilidade.

Estamos a monitorizar isso, tudo bem. Até agora, quando as pessoas reclamam, eu digo: “Muito bem, escolha o dia e a hora, vamos verificar se conseguimos arranjar algum lugar de estacionamento”, e a pessoa escolhe, vamos ver, e há sempre um lugar para estacionar. Tem-nos acontecido isso, de uma forma geral.

Por isso, o que eu quero dizer é o seguinte: nós queremos, de uma forma geral, promover o desporto, a prática do desporto nesta freguesia, juntamente com as coletividades. E aqui, há uma coletividade que nos diz muito, que é o Caselas, que está ali ao lado, e acho que é uma mais valia o Caselas poder participar connosco na gestão deste polidesportivo, que é um equipamento que foram centenas de milhares de euros que isto custou, com muito gosto, mas que é um equipamento bom. Não pôde ser coberto, paciência, mas está descoberto.

E por isso mesmo, é com a melhor das boas vontades. Ainda tentámos algumas medidas, no outro dia, mas as posições estavam muito irredutíveis. Mas, posso-lhes dizer, a utilização deste equipamento não tem que ter nenhum regulamento. Reparem, a Lei do Ruído é a partir das dez da noite. E reparem, quem emite as leis especiais de ruído é a Junta de Freguesia. Numa situação especial, se entender, a Junta passa uma Lei do Ruído que permite haver barulho até à meia-noite, ou até à uma, onde for necessário, como já tem ocorrido inclusive em alguns casos – claro, com bom senso, há casos e casos, como é lógico.

Agora, estávamos na disposição de tentar negociar um bocadinho esta questão do horário, não quiseram. Estava para as dez horas, baixámos para as vinte e uma horas. Depois, mesmo aí, também não quiseram mais nada, só falaram em dezanove, dezanove. E nós, isso, não, porque é uma zona, e reparem, é uma hora em que quem trabalha ainda pode praticar um pouco de desporto – eu sei isso por experiência própria, em vários locais que eu conheço.

E por isso mesmo, não estamos a pensar só nas pessoas que estão reformadas, ou que não têm emprego, estão desempregadas; estamos a pensar naqueles que trabalham e querem praticar, ao fim da tarde, o seu desporto.

E não julguem que há camionetas que param ali com estes desportistas todos. Como já disse, há muitos lugares de estacionamento ainda ali por trás – claro, não é sempre em frente da casa de uma pessoa, não há estacionamento privativo, nem estou a falar de algumas pessoas – não todas – que fizeram uma piscina lá dentro, ou mais uma arrecadação, aquilo e acolotro, e eu conheço vários casos. E estão no seu direito, pronto.

Agora, não podem é querer que um equipamento destes, que é uma mais valia, e que é inveja de muita gente desse país, que gostaria de ter isso lá nas respetivas freguesias, não possa ser utilizado pelas pessoas.

Por isso mesmo, o que eu estou a dizer, pensem bem nisto, o regulamento não é condição *sine qua non* para aquilo poder ser utilizado. Agora, é uma forma de proteger as populações de alguma selvageria de alguém que vá para lá jogar – porque, reparem, está previsto no regulamento que as pessoas não podem fazer barulho, nem dizer palavrões, nem nada, porque há lá um encarregado nosso que toma a devida nota, e que não permite isso, senão eles são corridos dali. Claro, há aquelas palavras normais, saudáveis, de vez em quando, quando se está a jogar futebol; agora, não é nada que impeça as pessoas de dormir. Ainda por cima às oito horas, reparem uma coisa.

Claro, estamos a viver numa cidade. É que, nesse caso, também não podíamos ter lá – e queixam-se tanto da falta de limpeza, então os carros do lixo também não podem passar por lá, porque fazem um barulho incrível. Nós estamos numa cidade, vivemos numa cidade. Bem sei que Caselas é especial, porque foi uma exceção ao recinto florestal.

Mas, de qualquer forma, o que eu quero só rematar, e não estamos ainda na altura da nossa proposta, mas respondendo, com todo o respeito, aqui às pessoas que falaram sobre isso, as

nossas intenções são as melhores possíveis, e vamos ter muita atenção a isso, para que não haja incómodo de pessoas. Obviamente, pode haver um dia ou outro, uma pessoa, imaginem, está com um caso especial de saúde, aquilo e acoltro, numa altura; uma pessoa, se calhar, é recetiva, e pronto, e ali durante uns dias não se vai fazer nada disso – por exemplo, pode acontecer isso. Mas, de uma forma geral, às oito, e até às nove horas, acho que é perfeitamente normal numa cidade, a cidade poder viver, e viver é fazer desporto, não é ficar em casa, ver o telejornal, e tal – que também é agradável, mas as pessoas têm que fazer também desporto, que é muito importante.

Por isso mesmo, é isso que nós queremos, fomentar a prática.

Além do mais, está no nosso programa este tipo de medida, que foi aprovado por larga maioria aqui na nossa freguesia.

Quanto à questão em cima dos passeios, foi mais no Bairro do Restelo. Por quê? Também houve umas denúncias, do género daquelas que houve ontem, para lá irem multar os carros, o objetivo era o mesmo, criar confusão. E estas denúncias fizeram com que nós, rapidamente, tivéssemos que atuar, como atuámos, e deixar de haver aquela ilegalidade.

Mas, posso dizer-vos que ainda estamos a tratar disso, vamos fazer umas medidas corretivas, transformar aquilo numa Zona 30, vai ter uns tracejados na rua, de um lado e do outro, tracejados para os limites dos carros, vai ter umas bandas, algumas bandas, nessas ruas mais pequenas. Como os carros estão estacionados dos dois lados, quem vem por ruas pequeninas, às vezes é um bocado difícil, porque vêm lá carros com muita velocidade – eu sei, e é verdade. Portanto, aquilo vai ter que ser como se fosse – é uma Zona 30, mesmo, o nosso objetivo é complementar com essa medida. As ruas são mais estreitas, tem que se andar mais devagar.

E por isso mesmo, em toda aquela zona está previsto isto, e estamos a estudar com a Câmara todas essas matérias.

Falou aqui do parque de estacionamento de Algés, que já começou a ser vedado. Não falou? Em Belém, sim, mas junto a Algés, é um parque dissuasor junto à estação de Algés, mas em Belém. Isso foi um parque cuja construção custou 280.000€, para ser mais preciso, e era um parque dissuasor. Foi combinado, e foi a EMEL que fez o investimento, e portanto, a EMEL depois até pediu para pôr aquilo a taxar, estava combinado nesse aspeto, uma das raras intervenções da EMEL aqui na nossa freguesia.

Mas, para nossa surpresa, não fomos tidos nem achados, e com essa medida que o anterior Executivo, do Presidente Medina, fez, ficámos sem o centro de dia que estava apalavrado com a Misericórdia, lá ao pé da bomba, lá ao fundo – um centro de dia – ficámos sem um armazém na Rua Fernão Mendes Pinto, e a população ainda ficou sem esse parque. Não serve nada. Garanto-lhe, dou-lhe a minha palavra de honra que nada nos foi dito, soube pela Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, que são umas pessoas impecáveis, mas eles estão a lutar pelos interesses deles.

Mas, realmente, a Câmara foi apanhada desprevenida também, nós já sabíamos um pouco, mas, na altura, até dissemos que isto podia configurar uma figura de gestão danosa, mas o que é certo é que também fomos ultrapassados, como no caso da JCDecaux, agora com a deslocalização, como no caso das GIRAS, como no caso de várias situações. Não nos ligaram nada e fizeram isto, pronto.

É uma pena, fazia falta ali um parque dissuasor. Não querem que os carros vão para a cidade, para o centro, e portanto, aquele parque, claro que era importante. É inacreditável. E até ao princípio estava previsto fazerem a Casa de Trás-os-Montes assim um pouco mais acima, ficava na parte de baixo, à mesma, estacionamento, com uns pilares, mas depois disso ficava o dobro, ficava muito caro. Então, avançaram para fazer uma coisa mais levezinha, em baixo, no rés-do-chão, prescindem do estacionamento, como é evidente, fica mais fácil para eles, para a Casa de Trás-os-Montes, mais barato, e fizeram uma coisa com uns vidrinhos, e tal, e pronto, fica lá em baixo, e ficamos nós todos sem parque de estacionamento.

A Câmara está a ver o que é que há de fazer, está a estudar isso, mas pronto.

PONTO 2 – Período antes da ordem do dia

--- Patrícia Campos (PS) ---

Sr. Presidente, antes de mais, eu gostaria de saber se haveria oportunidade de antecipar a votação do Ponto n.º 20, uma vez que as pessoas estão aqui presentes, a maior parte da população, e se poderíamos antecipar a apreciação e votação do regulamento de utilização do Campo Polidesportivo de Caselas, porque é o Ponto n.º 20, é no final da sessão, e acredito que a maior parte da população não esteja aqui presente. Esse é o primeiro ponto.

Em relação às intervenções do público, eu acho que não obtivemos resposta por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia a vários pontos colocados pelos munícipes, pelos fregueses, nomeadamente quanto à propriedade do espaço, do polidesportivo – o Sr. Vítor Fino assume que o polidesportivo é do Caselas, e não obteve nenhuma resposta quanto a esse ponto. A Sra. Pérez também referiu que houve uma consulta pública, e que não houve resultado da consulta, o Sr. Presidente da Junta também não respondeu, e gostávamos de ouvir. E muitos outros pontos que referiu, nomeadamente no que diz respeito à proposta dos moradores.

E relativamente à questão da solução temporária também do estacionamento em cima do passeio, mais uma vez é novamente uma resposta sem resposta. Estamos habituados a isto, mas acho que, de uma vez por todas, gostaríamos de ter respostas conclusivas.

E mantenho o nosso pedido de antecipar a apreciação e a votação do regulamento.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Relativamente às intervenções que foram feitas, eu queria dizer duas ou três notas, e sublinhando o facto de que este ponto que mobilizou muitas das intervenções é um ponto que integra a ordem

de trabalhos desta Assembleia de Freguesia, e portanto, nós reservaremos para esse ponto um conjunto de questões que já temos listadas.

De qualquer forma, queria sublinhar que da parte do eleito do PCP, nós acompanhamos isto desde o primeiro dia, deste problema, este é um processo que já vem de há três anos a esta parte, com a integração desta infraestrutura e deste investimento no contrato de delegação de competências que teve um processo atribuladíssimo, que nós tivemos aqui possibilidade de acompanhar e de analisar o seu desenvolvimento. Portanto, acompanhamos isto com proximidade, consideramos seriamente e com rigor o estatuto daquela infraestrutura, uma infraestrutura de bairro, acompanhamos várias das observações que aqui foram feitas, e estaremos aqui para manifestar a nossa posição – daqui a pouco já terei oportunidade de a dizer.

E manifesto também a minha preocupação relativamente à solução que está em cima da mesa.

Sobre o Caselas, e sobre o polidesportivo de Caselas, é isto que eu gostaria de dizer.

Gostaria de fazer um outro apontamento também, na sequência daquilo que o freguês Manuel Ferreira referiu, ele referiu uma questão importante, nós inclusivamente tínhamos também uma pergunta para o período de antes da ordem do dia sobre essa matéria. O Manuel Ferreira relembra, relativamente à solução extemporânea, ou imediatista, da Junta de Freguesia de colocar sinais de permissão do estacionamento em cima do passeio no Bairro do Restelo. Eu lembro que quer o Sr. Presidente da Junta, quer também a responsável municipal que teve a oportunidade e a amabilidade de estar presente numa sessão específica sobre o assunto, referiram que aquilo era uma iniciativa temporária, e que estaria já em discussão na Câmara, e em elaboração na Câmara, uma solução – eu vou utilizar a expressão que foi utilizada – uma solução global e estrutural para o estacionamento no bairro.

Eu gostaria de aproveitar esta observação do Manuel Ferreira para fazer a pergunta: o que é que a Junta de Freguesia, o que é que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia sabe sobre o ponto de situação deste plano estrutural e global para o estacionamento do Bairro do Restelo.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu acho que foi colocada aqui uma questão primordial que, depois, se pode refletir, ou não, naquilo que nós vamos votar no Ponto n.º 20. Foi aqui levantado que a propriedade do pavilhão é do clube, e não da Junta. Eu acho que isso envolve, ou teremos que saber exatamente de quem é a infraestrutura, para podermos proceder não só à votação, como à regulamentação do clube. Isso é uma questão.

A segunda questão, que também tinha a ver com o estacionamento, que eu também levantei na última vez, que é a questão de tratar o estacionamento com pessoas que, de facto, percebam do estacionamento, e não estarmos a resolver os problemas pequeninos à medida que eles vão aparecendo. Eu sei que é isso que interessa à maior parte dos fregueses, mas aqui o Executivo devia pensar nisto de uma forma mais estruturada e mais abrangente, relativamente a todo o estacionamento da Junta de Freguesia.

Eram só estas as duas questões.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Eu queria só dizer o seguinte: em relação à sugestão, proposta do Grupo político do Partido Socialista, eu considero que é uma proposta de alteração da ordem de trabalhos, e portanto, nessa matéria, creio que a Assembleia é soberana. Se assim entenderem, eu colocarei à consideração da Assembleia, e se a Assembleia aprovar, assim será.

E portanto, imediatamente a seguir ao Ponto n.º 2, que é aquele onde estamos, que é o período de antes da ordem do dia, passaríamos, então, à discussão do Ponto n.º 20, caso seja aprovada. Caso seja rejeitada, manter-se-á a ordem de trabalhos como estava fixada e como constava da convocatória.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, eu só não sei se devo fazer uma intervenção agora, em relação às intervenções do público, e outra daqui a cinco minutos, se aprovarmos, ou não. E sendo que é uma proposta de alteração à ordem de trabalhos, devia ser votada, penso que logo, imediatamente. Mas, não sei se deve terminar este ponto, peço o conselho da Mesa sobre isto.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Na minha opinião e na minha interpretação, concordando com aquilo que disse, que os requerimentos são votados de imediato, mas como o Partido Socialista não formalizou propriamente um requerimento por escrito, o que eu entendi é que estamos num comentário, numa reação àquilo que foram as intervenções do público – e eu, de resto, fui pouco rigoroso, porque o nosso freguês Manuel Ferreira não falou exclusivamente do polidesportivo de Caselas, foi a única intervenção que não esteve centrada no polidesportivo. Mas, como quase todas as intervenções foram centradas nessa matéria, eu entendi que fazia sentido dar a palavra ao Executivo, e depois fazer uma ronda pelos Grupos políticos, se quisessem, na sequência das intervenções do público, fazê-lo. E no final desta ronda, votaremos a proposta do Partido Socialista, de alteração da ordem de trabalhos.

Se fará uma intervenção agora, e outra daqui a cinco minutos, ou uma hora, ou duas horas, ou se só fará agora, isso deixo à consideração, que é plena, da sua opção e da sua experiência, que é muita.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

Então, corro o risco de, depois, me repetir, mas por respeito ao público que aqui está esta noite, faço primeiro esta intervenção, até porque temos outras questões para votar a seguir, na ordem do dia, e a que também não queremos deixar de dar a sua importância e a sua solenidade.

Eu tenho três ou quatro comentários que, em nome do CDS, gostava de fazer.

Temos acompanhado esta questão também – temos acompanhado, aliás, pessoalmente, o Josué, nas sessões públicas que ocorreram ao longo destes anos.

E eu gostava de começar por lembrar o que é que havia antes. O que havia antes era um espaço onde existiram casos sociais identificados de sem-abrigo a residir, onde existiram casos de insegurança e de toxicodependência, e de vandalismo, onde existiram casos de insalubridade e de perigo para a saúde. Isto era o que existia antes da requalificação.

E podemos dizer que não era esta a requalificação que queríamos, que não era este o sentido para onde isto devia ir, ou que queremos menos horas, ou mais minutos, ou mais carros, ou menos carros, mas todos, parece-me, estamos de acordo que o que existia antes da requalificação era pior. E não é mau lembrar, nesta situação, em que é que estamos de acordo também, é que o que existia antes era pior.

E quando se fala nas famílias, também se fala na segurança, e também se fala nos perigos para a segurança das famílias, do que existia antes. E não era melhor, e nisso, parece que estamos todos de acordo.

E, a partir de agora, podemos discordar.

Há, de facto, como disse o Sr. José Vaz, um conflito de interesses, entre interesses pessoais, legítimos, e familiares, do direito ao sossego – não há propriamente um direito ao estacionamento; vejamos, para isso há garagens, e há o direito de propriedade. Mas, percebemos a questão. Não há propriamente um direito a privatização da via pública, mas percebemos a questão do direito ao sossego e direito ao descanso. Assim como há também o direito ao desporto, ao usufruto do espaço público dos cidadãos todos da freguesia – aliás, por normas constitucionais e europeias, de todos os residentes.

E, de facto, a questão de qualidade de vida entre uns e outros, há aqui conflitos de direitos e há interesses legítimos, diferentes, e todos temos de saber reconhecer isso. E agradeço ao Sr. José Vaz por ter trazido essa questão.

Mas, como disse o Sr. Jorge Macedo e Cunha, e que fez um apelo ao bom senso, eu quero responder a esse apelo ao bom senso, porque eu acho que estamos a ter uma sessão aqui bastante calma e cordata, num tema que, por vezes, tem sido extremado em posições, em ataques, em ameaças, de todos os lados, de todos os feitios. E portanto, primeiro, acho que estamos todos de parabéns por estarmos a ter aqui uma discussão bastante cordata sobre este tema, que já vem de algum tempo.

Mas, de facto, eu gostava de relembra, a propósito de bom senso, que de onde partimos, há três anos, e onde estamos hoje, é bastante diferente. Os moradores foram, de facto, ouvidos – os moradores, o clube, os interessados, os residentes, os Grupos políticos, foram ouvidos em sessão pública, foram ouvidos em discussão, em reunião pública do Executivo, em reuniões com o Executivo – segundo sabemos – em discussão em períodos de antes da ordem do dia em várias

Assembleias de Freguesia, aqui também, e em consulta pública. E se não está publicada, de facto, deve estar, concordo.

Mas, a verdade é que, ao fim deste tempo, a estrutura – relembro a discussão de há três anos, era exatamente para conter o ruído, mas que se considerou que não continha, que até poderia propagar ou amplificar, a estrutura arquitetónica, as queixas foram ouvidas, e foi retirado.

Relembro também que a questão da competição, e de haver competições, e espetadores, e mais carros, e mais trânsito, e mais barulho, e clagues, foi ouvida, e foi retirada.

E aqui a questão do horário, eu relembro, está nas atas destas Assembleias de Freguesia, a discussão sobre ir até à meia-noite. A proposta foi até às dez. Neste momento, o que está a votação é até às nove. É o que todos os moradores queriam? Não é, reconhecemos. Era o que estava antes, e o que, sejam praticantes, seja clubes, queriam? Também não é. É um meio caminho, é um compromisso.

E ao Sr. Jorge Macedo e Cunha, eu atrevo-me a dizer que é uma questão de bom senso, que poderemos concordar em discordar.

Mas, a verdade é que o que agora está a votação hoje é uma solução de compromisso, que vem longe da solução anterior, longe da solução inicial, e é uma solução com que, se calhar, ninguém fica feliz, mas eu atrevo-me a dizer também que é isso que é a democracia, e isso é que é tentar chegar a um consenso. Ninguém ganhou, se calhar ganhámos todos um bocadinho.

E portanto, em todas estas questões, eu relembro que aqui, em Assembleia de Freguesia, o CDS sempre exigiu duas coisas: cumprir a Lei, e ouvir os moradores e tentar chegar a um compromisso.

Aqui ao lado, o pavilhão desportivo da Ajuda – que, diga-se de passagem, acolhe competições e tem mil lugares de bancada – mil lugares de bancada, com casas em frente – está aberto até às onze da noite, todos os dias – nos fins de semana, não sei de cor, mas está *online*. Este vai ser até às nove, pela proposta de regulamento. Nós exigimos – exigimos, porque é a Lei, que isto é uma competência exclusiva da Assembleia de Freguesia – que aqui fosse discutido, e agradecemos ter vindo aqui esta proposta, porque tinha que vir, mas porque deve ser assim discutida. E é por isso que, desde já, anuncio que votaremos a favor, exatamente por estas razões, porque compreendendo os interesses legítimos de todos os que aqui falaram, incluindo do Caselas, o que estava antes era pior – era pior para os moradores também, não é só para a comunidade, ou para praticantes de desporto; era especialmente pior para os moradores. E atrevo-me a dizer que não há ninguém aqui, em todos os Grupos políticos, e nos moradores, que preferisse o que lá estava antes.

E portanto, compreendendo, quero terminar, simplesmente deixando o agradecimento e os parabéns a todos pela forma cordata como estamos a ter esta discussão, que em momentos anteriores e em sessões anteriores públicas, foi bastante mais atribulada.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Queria só lembrar, Sr. Presidente, que eu fiz uma pergunta ao Presidente da Junta, relativamente ao plano global e estrutural de estacionamento do Bairro do Restelo, e perguntar o que é que a Junta sabe sobre o ponto de situação deste plano que foi anunciado no dia em que foi também anunciada a permissão do estacionamento em cima do passeio. Eu gostaria que o Sr. Presidente da Junta pudesse responder a esta pergunta.

--- Tiago Veloso (PS) ---

Houve também questões colocadas pela Patrícia, nomeadamente em relação a um esclarecimento sobre a propriedade do equipamento, sobre – e aqui até faço um acrescento – quais é que foram, da última consulta pública, quais foram os contributos que foram vertidos no regulamento – porque o regulamento foi apresentado numa Assembleia, foi retirado para fazer consulta pública, quais é que foram realmente as alterações, porque não foi suficiente o esclarecimento do Sr. Presidente às questões dos moradores.

--- Presidente do Executivo ---

Quanto à propriedade do espaço, é algo que a nós, Junta, não levanta qualquer novidade. Há anos e anos – já nem vou falar por usucapião – somos possuidores – e, para mim, acho que somos proprietários, mas estou a falar com a minha colega Helena Lencastre, que já estava na freguesia anterior, e sempre foi considerado como tal, como propriedade da Junta, do Estado – aliás, da Câmara, e depois cedida à Junta.

Portanto, isso é uma questão que não se nos levanta, é propriedade pública, até prova em contrário. Como ninguém nos provou isso, é uma coisa que não levanta qualquer dúvida. O que eu acho estranho é que sistematicamente, de tempos em tempos, vêm-nos falar nisso. Aliás, estão cá elementos do próprio Caselas, o Presidente, se ele tiver algo que possa provar que isto é mentira, agradeço que façam chegar isso junto à Câmara de Lisboa, porque há anos, há algumas dezenas de anos que isto é considerado uma instalação pública, propriedade da Câmara de Lisboa, e cedida à Junta de Freguesia para o explorar. Isso é claro.

Como eu também já estou há muitos anos nestas funções, e sempre entendi isso como tal. E portanto, daí a nossa preocupação em reabilitarmos uma instalação que estava completamente degradada. Se fosse do clube, está bem, se calhar até podíamos ajudar o clube, na altura, mas, quer dizer, não era essa questão de estarmos a fazer uma reabilitação como fizemos, destas centenas de milhares de euros.

Quanto à questão do estacionamento – e ainda bem que me fala nisso – do Bairro do Restelo, como dissemos, esta foi uma medida que foi mesmo necessário ser muito rápida, em uma semana ser implementada, devido ao comportamento de alguns residentes, que originaram cerca de duzentas e quarenta multas – alguns, acho que até já foram bater à porta desse senhor, para ver se ele lhes paga as multas, o denunciante – duzentas e quarenta multas, ocasionou muitos acidentes de viação, carros a bater por trás, carros a partir os vidros, carros do lixo a não passarem à noite, os carros de abastecimento ao Pingo Doce também não conseguiram passar, foi um caos completo naquele bairro, naquela altura.

Não vou falar de que se aproveitaram de termos, na altura, um comandante da polícia novo, da PM, e que aproveitaram para tentar que ele avançasse nessa altura. Eu falei com o comandante da PM, frisei o que é que estava a acontecer, e depois, ao mais alto nível da Câmara, como é evidente, face à situação delicada que estava a acontecer, e ao caos social que gerou, fizemos o que tínhamos que fazer, com essa sinalização, e agora – como, há bocado, já tinha referido – vamos pôr umas linhas, uns tracejados de um lado e do outro da rua, para limitar o carro não ir mais para dentro da estrada, para deixar um espaço confortável, com base nas medidas legais – porque nós somos sempre a favor do princípio da legalidade – para os carros poderem passar.

E, para já, vamos também pôr Zona 30, vamos pôr algumas almofadas para controlar um pouco o ímpeto dos carros. E por quê? Estou a falar fundamentalmente no Bairro do Restelo, porque o Bairro do Restelo tem aquelas ruas pequenas, e uma pessoa que venha por uma rua pequena, de uma rua maior para uma rua pequena, para uma rua maior, nessas ruas pequenas às vezes têm dificuldade, a não ser espreitando bem os outros carros que vêm, porque um carro pode tapar a vista do lado direito, que está estacionado do outro lado. E por isso mesmo, vamos pôr Zona 30, para evitar que os carros andem muito depressa, e também vamos pôr esses balizadores.

Na Duarte Pacheco Pereira e na Soldados da Índia, vamos pôr mesmo estacionamento sem ser em cima do passeio, que não é necessário. Vamos pôr mesmo medidas.

Estamos a fazer isso com a Câmara Municipal de Lisboa, e também foi entendido, por causa destas questões todas, autorizar que as pessoas – é recente, foi ontem ou hoje – possam pôr um traço amarelo no chão, em frente às garagens, para realçar que não se pode estacionar ali em frente de algumas paragens, que era uma coisa que as pessoas nos pediam muito.

Portanto, neste momento, a situação vai ficar mais definida, porque vai haver lugares para estacionar mesmo, e noutros casos, há limites para se poder estacionar os carros. Vai ficar a situação mais regularizada.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Era para fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Eu perguntei, e a pergunta era simples, o ponto de situação do plano global e estrutural para o estacionamento no Bairro do Restelo. E portanto, ou há plano ou não há plano. Isto é, ou há aquilo que nos disseram, que nos prometeram que iria existir, ou não há.

Parece-me que a lengalenga, que a história que o Sr. Presidente nos veio aqui contar indicia que não há plano; há um conjunto de medidas, há umas tentativas. E eu nem sei se essas tentativas são da Junta, ou se são da Câmara, porque isto até sobe para a Câmara. Porque o que foi aqui prometido era que o Departamento de Transportes, ou de Mobilidade, tinha em curso a elaboração de um plano. Um plano não são ideias; um plano são metas, objetivos, investimento, calendários e intervenções.

E portanto, eu insisto na questão: há plano ou não há plano, e qual é que é o ponto de situação do plano.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Foi uma interpelação à Mesa, e portanto, a Mesa responde – para dizer que a interpelação é uma relativa interpelação, ou seja, aproveitou a interpelação para voltar a repetir uma pergunta que considerou que não estava respondida. A função da Mesa é dar a palavra, e fazemo-lo da forma mais tolerante e mais democrática que o conseguimos fazer; não me posso substituir, nem aos perguntadores, nem às respostas.

E portanto, cabe ao Executivo, se assim entender, responder nos termos em que entender responder.

--- Presidente do Executivo ---

Só lhe posso dizer que recebemos uma carta do Ministério Público a felicitar-nos pela medida, como foi tomada, tendo em conta o princípio da legalidade. E isso, ainda há três dias, como tinha havido um problema qualquer no CADA, que nos tinha pedido também para respondermos, e nessas associações, que são tantas, doze ou treze, em conjunto, e ninguém tinha recebido nada, e já tínhamos enviado há muito tempo a resposta, tivemos que repetir pela terceira vez – foi uma terceira via – agora para uma dessas associações, para dizer aos outros, e com conhecimento ao CADA, que ninguém percebia nada. E não somos obrigados a responder ao CADA, atenção, mas pronto, resolvemos responder ao CADA.

E nessas questões todas, o Ministério Público felicita-nos, e pusemos em anexo o próprio officio do Ministério Público, para essas pessoas perceberem que estamos a fazer o melhor que é possível.

Agora, fala-me num plano, um arquiteto paga tantos à hora para fazer um plano, e tal. Não, não há um plano nesses termos, não senhor. Há uma decisão tomada em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa, mais concretamente com a Direção Municipal da Mobilidade, e a Vereação, como é evidente, para resolver aqueles problemas. E é através da DMM que estamos a tratar desta parte agora, que é um prolongamento daquilo que nós já tínhamos feito, mas teve que ser mais uma emergência, por causa daquele senhor que andou a plantar denúncias para multar os seus vizinhos.

E por isso mesmo, teve que ser feito rápido, para estancar isso, e os acidentes de viação. E agora, a pouco e pouco, estamos a fazer, tal como prometemos, uma explicitação das situações, para aquilo funcionar melhor, até daqui a uns tempos – que é provisório, como é evidente – até haver condições e dinheiro – quiçá quando os senhores alguma vez estiverem aqui na Junta e consigam dinheiro para isso – resolver aquilo de uma outra forma.

Agora, para já, é isto que está a ser resolvido. Temos muitos assuntos para resolver, mas este, para já, está a ser resolvido.

Eu percebo o desespero, mas desculpem lá, é a vida. Está a ser resolvido neste momento, e vamos complementar com estas medidas de segurança, para evitar alguma desgraça naquele bairro. E aquilo vai ser como se fosse um condomínio, de facto, vai ter que andar a trinta quilómetros à hora, com algumas bandas. Não gosto muito, mas vai ter que ser, porque, realmente, há ali carros que passam muito depressa, é quase um autêntico crime.

E por isso mesmo, combinei com a DMM que isto já é para avançar de imediato, e é o que estamos a fazer.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Terminámos este ponto, podemos passar agora à votação do pedido do Grupo do Partido Socialista, de alteração da ordem de trabalhos. *Aprovado por unanimidade.*

Assim sendo, o Ponto n.º 20 passará a ser discutido imediatamente a seguir ao ponto presente, que ainda é o Período de antes da ordem do dia, e será o primeiro ponto da ordem de trabalhos, substituindo o Ponto n.º 3.

Concluimos este Período de antes da ordem do dia com um voto de pesar, apresentado pelo Grupo do Partido Socialista, pelo falecimento da nossa colega na Assembleia de Freguesia, e amiga, Mafalda Borges da Costa Farmhouse.

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Voto de Pesar – “Pelo falecimento de Mafalda Farmhouse” (*Anexo 1*).

- Voto de Pesar “Pelo falecimento de Mafalda Farmhouse” (PS). *Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* -----

O plenário guardou um minuto de silêncio em memória de Mafalda Farmhouse. -----

PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 27/06/2024

Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 27 de junho de 2024 aprovada por maioria, com uma (1) abstenção. -----

PONTO 4 – Apreciação e votação da 2.ª revisão ao Orçamento

--- Patrícia Campos (PS) ---

Eu vou ser muito rápida, e espero que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, ou quem responda, também seja, realmente para não alongarmos muito esta sessão.

Analisando o documento de aprovação dos documentos previsionais, parece-me que logo na primeira frase há um erro, eu creio que seja o Fundo de Emergência Social, eu penso que não são 83.204€, são 93.000€, pela análise dos documentos. Esse é o primeiro ponto.

E depois, uma vez que as verbas ultrapassadas são de 163.000€, eu creio que este documento de revisão de um Orçamento, e de uma previsão orçamental, deveria ser mais explicado o porquê deste desvio, e nós, realmente, não percebemos. E era esse o pedido de esclarecimento que fazemos.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sobre este aspeto, as nossas perguntas estão um pouco alinhadas com as perguntas que acabaram agora de ser feitas pela Patrícia. E aproveitando a oportunidade, perguntava qual é a razão que leva a que haja um acréscimo de receita, nomeadamente nos Clubes Paula Vicente e nas Férias de Verão, fundamentalmente nestas duas parcelas.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Vou ser específico, porque além do valor grande para esta segunda retificação do Orçamento, que já de si é elevado, eu tenho aqui algumas questões que me saltaram à vista.

A primeira é a água da piscina, que tem um aumento de 25%. Aquilo que eu pergunto é se foi feita mal a previsão, no início, ou se é uma rutura. Parece-me um aumento excessivo para uma segunda revisão do Orçamento.

A questão da conservação das viaturas, aquilo que eu pergunto ao Executivo é se foi demasiado prudente no Orçamento, ou aconteceram demasiados azares, para termos um aumento de 10% também.

Transferências para as associações sem fins lucrativos, mais 10.000€, eu gostava de saber qual é a instituição em causa, visto que não tenho a lista das instituições.

E a última, que são serviços bancários, um aumento de 30%, ou seja, 4.000€ de serviços bancários. Eu sou financeiro, sou gestor de empresa, acho que 4.000€ de serviços bancários, gostava que me explicassem o que é que eles são exatamente.

E depois, não entendi aqui a rubrica “famílias” vs. aquilo que está aqui entre as rubricas 4 e 5 no documento, que têm exatamente o mesmo valor, e eu não consegui perceber esse valor. Diz aqui, no D4, “Transferências”, 103.000€, e depois, se viermos a ver aqui, o D5 diz 93.000€, que está incluído no D4. Não percebi bem esse documento. E estamos a falar na pág. 5 e 4 da alteração orçamental de despesas. Não percebi, mas, se calhar, sou eu que estou a ver mal.

--- Presidente do Executivo ---

Neste caso concreto que estão aqui a falar, as alterações, quase todas as semanas, muitas vezes, nas reuniões do Executivo, temos alterações orçamentais. Hoje em dia, tecnicamente é assim. Não sei se conhecem, eu não conheço, não sou técnico, mas tenho ali o nosso técnico de

contabilidade, e está aqui presente para, quando há coisas muito técnicas para falarem, ele dá o esclarecimento que V. Exas. precisam de conhecer.

Há aqui uma receita por excesso de cobrança.

A água, tivemos vários trabalhos na piscina, e estamos a ter, que perfazem centenas de milhares de euros, tem que se esvaziar as piscinas, tem que se encher outra vez, temos tido ruturas – ainda ontem houve mais uma grande rutura, muita água se perdeu. Temos tido trabalhos, tem que se esvaziar as piscinas – é, aliás, uma coisa aborrecida, mas temos conseguido aguentar esse aspeto.

Quanto a esta matéria que falavam há bocadinho, não cheguei a perceber o que é que estavam aqui a falar nesse aspeto – não percebi, muito sinceramente. E como é uma questão em que estão a falar de números, e eu sou o Presidente em geral, aí vou pedir ao Dr. Luís Costa, se autorizarem, que dê este esclarecimento, para explicar – se é que percebeu o que é que estavam a pedir. Senão, repetem a pergunta, e o Dr. Luís Costa explica o que se está a passar, porque é o técnico oficial de contas, é ele que sabe, realmente, mais em pormenor este tipo de situações em que querem ser esclarecidos.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Só esclarecer, a pergunta que a Patrícia fez, que na proposta está 83.000€, e é 93.000€, é um lapso. Não é 83.000€, é 93.000€.

E é um reforço do FES, por quê? Porque só nos foi comunicado esse reforço – isto foi para todas as Juntas, não foi só para nós – já depois da última Assembleia de Freguesia. Por isso é que há este reforço do FES também.

E depois, há alguns ajustes de verbas que têm a ver com as receitas que se tem, por exemplo, nos clubes, ou nas atividades, etc., e depois, esse reforço de verbas tem de ser distribuído, porque havendo já esse conhecimento de que há esse reforço de verba, pode-se fazer isso.

--- Presidente do Executivo ---

Quanto ao aumento de verbas dos clubes, é porque houve mais dinheiro, houve mais gente a beneficiar dos clubes. Não aumentámos taxas, nem podíamos aumentar, porque tinha de vir aqui à Assembleia.

Reparem, estamos a falar por coisas que foi a mais, não a menos. Eu estou sempre preocupado a ver, por exemplo, nos licenciamentos, quanto é que estamos a cobrar, ou não, porque são receitas que nós temos que fazer para, depois, investirmos isso na nossa parte social, que é muito importante, e agora estão preocupados porque há receitas a mais. Ainda bem, deem-nos os parabéns porque estamos a fazer isso.

Mas, se quiserem mais alguma pergunta, eu peço ao Dr. Luís Costa para clarificar, se alguma coisa está por clarificar, e se o Sr. Presidente autorizar.

--- Patrícia Campos (PS) ---

Eu queria só transmitir uma coisa, que me faz, de alguma forma, muita confusão. O Sr. Presidente é o Presidente da Junta de Freguesia. Sr. Presidente, eu sou arquiteta, e também sou gestora, e também sou responsável por várias empresas, e sei as contas. E o senhor, como Presidente, tem que saber as contas.

E a única coisa que eu pedi foi que houvesse um esclarecimento do porquê destes desvios, e, no mínimo, que neste documento viesse o porquê dos desvios – há este desvio por isto e há este desvio por aquilo. E era para isso que estávamos a tentar pedir o esclarecimento, única e exclusivamente para que toda a gente conseguisse perceber o porquê do desvio.

Sabemos, é do Fundo; está bem, mas porquê? É dos clubes, mas porquê? Era única e exclusivamente essa situação. E não é preciso ser contabilista.

--- Presidente do Executivo ---

Olhe, é não perceber nada de política autárquica, desculpe lá. Foi candidata a este lugar, se tivesse ganho ia ver como é que era.

Portanto, neste momento, cada qual tem que saber o seu lugar. Eu sou o Presidente, sou o coordenador, percebe? Não tenho que ser contabilista, tenho técnicos. Isto é uma complexidade, hoje em dia, são milhões de euros de que nós temos de tratar. Cada macaco no seu galho, é uma expressão que se utiliza. Portanto, eu nunca iria fazer o trabalho de consultor financeiro; para isso, tenho pessoas que trabalham nisso, e quando tenho alguma dificuldade, recorro a eles. Portanto, tenho perfeita confiança nessas pessoas.

E, neste momento, em que estavam a fazer umas perguntas que eu não estava a perceber – aliás, porque ouço pouco daqui, e não percebi qual era a sua pergunta – mas, estava a ver se o Dr. Luís Costa tinha percebido, para responder. Achei tão estranho, era por termos receitas a mais. Fiquei assim um bocado preocupado.

Sabe quantas alterações orçamentais temos por ano? Sabe quantas é que temos por ano? São algumas dezenas, ou uma dezena e tal, alterações orçamentais – e não sei se sabe o que é uma alteração e o que é uma revisão orçamental, não sei se sabe. Não sabe, pois não? Sabe o que é uma alteração orçamental? Sabe o que é uma revisão orçamental? Sabe qual é a diferença? Não sabe.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com sete (7) votos a favor (PSD e CDS-PP), dois (2) votos contra (PS e IL), e quatro (4) abstenções (PS e PCP). -----

PONTO 5 – Apreciação e votação do Procedimento de Receção e Tratamento de Denúncias de Infrações no âmbito do Direito da União Europeia e da Corrupção e Infrações Conexas da Freguesia de Belém

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu fui ver o Decreto-lei, fui ver uma série de coisas, e a minha questão tem a ver com o seguinte: isto vai ser um *e-mail*, ou vai ser uma plataforma? Se vai ser uma plataforma, quem é que a vai fazer? Porque já existem centenas de plataformas na internet, de várias empresas. Eu fui ver dez Juntas de Freguesia aqui de Lisboa, nenhuma tem nada ainda desenvolvido sobre esta questão das denúncias.

Por isso, o que eu pergunto é se vão contratar este serviço externamente, ou se vai ser uma coisa desenvolvida, interna, com consumo de tempo das pessoas internas, para tratar deste problema. Eu percebi que isto é uma imposição da União Europeia – pelo menos é o que diz o artigo – embora fosse mais numa ótica positiva, e gostasse de ver antes um Provedor da Junta, do que um canal de denúncias, porque isto, andar a denunciar parece-me – e agora num bate-boca aqui com o Josué Caldeira – parece-me comunista. Nos países comunistas é que se denunciavam as pessoas por aquilo que elas não faziam, e eu não gosto muito da questão da denúncia.

Era só isto que eu tinha para perguntar.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Bem, eu não vou falar de história, indo ao ponto, Sr. Presidente, esta questão, nós percebemos o contexto, percebemos o enquadramento, mas eu creio que, até por algumas dúvidas e questões que a própria documentação que nos foi distribuída suscita – e a intervenção anterior vai também nesse sentido – eu creio que esta proposta merecia uma apresentação com algum tempo.

E era isso que eu convidava o Executivo a fazer, a gastar dois ou três minutos a explicar à Assembleia o que é que, em concreto, está em causa com este processo e com esta proposta que aqui é apresentada.

Em vez de ser uma votação e uma discussão a seco, eu creio que isto mereceria ser acompanhado de alguns comentários e de algumas explicações relativamente à própria proposta.

Era o pedido que eu fazia.

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente, vamos lá ver, isto não é nada de novo. Isto é, para nós é novo porque estamos muito atrasados já – apesar de não ser inédito, há muita gente que está atrasada. Mas, fomos ver as Câmaras e as Juntas de Freguesia que já tinham isto, temos consultores que já trabalharam nisto noutros sítios, e portanto, isto, na prática, é transposto para a nossa realidade, este documento, que é fundamental – e penso que toda a gente perceberá da necessidade e urgência de resolver isto. Isto não se compadece com mais demoras. Peço que V. Exas. vejam isto.

O nosso entendimento é que estamos a fazer um esforço para cumprirmos integralmente tudo isto que é necessário para termos estes procedimentos a que estamos obrigados, por força das nossas obrigações para com a Comunidade Europeia.

É evidente que é uma plataforma eletrónica – é, é uma plataforma eletrónica – e depois, para se criar um grupo de trabalho para este tipo de situação. É isso que está a ser feito com calma, uma coisa de cada vez.

E portanto, estamos perfeitamente conscientes de que são situações que não têm que ser na praça pública, porque, neste caso concreto, vai haver esta apreciação e votação do procedimento de receção e tratamento de denúncias de infrações no âmbito do Direito da União Europeia e da Corrupção e Infrações Conexas da Freguesia de Belém, há uma parte interna para funcionários, colaboradores e voluntários, e há uma parte externa, para as entidades externas que se relacionam com a Junta de Freguesia. E nós entendemos que é muito importante ter isto a funcionar o mais rapidamente possível. Até pode ser contra nós, não interessa, isto tem que existir.

Eu tenho a obrigação, como Presidente da Junta, de tomar a iniciativa, como estou a tomar agora, de trazer à Assembleia, para V. Exas. poderem votar isto, e deixarem as pessoas trabalhar com este mecanismo, que até pode ser contra a própria Junta de Freguesia, mas tem que existir. Nós temos que estar sujeitos ao princípio da legalidade.

Portanto, não percebo, salvo melhor opinião, por que é que se tem que estar a demorar outra vez para aprovar a proposta, porque podem continuar esse trabalho, e depois ficar aprovado. Isto é uma coisa dinâmica. Temos é que começar rapidamente, porque depois de isto estar aprovado, vai haver mais documentos que estão à espera deste para avançar também. Portanto, não é só este, individualmente.

Isto é uma coisa técnica, muito complicada, porque é nova ainda, e mete regulamentos comunitários. Agora, uma coisa que é certa é que trabalhámos já para que isto fosse, para já, uma base, um alicerce para avançarmos com o resto rapidamente. Isto é urgente, porque isto tem que estar implementado rapidamente. Portanto, não podemos ficar novamente com isto parado, e tal, e depois vamos ver, vamos falar, e depois ninguém tem tempo para isso. Desculpem, isto é fundamental.

Por isso é que eu peço a V. Exas. que deem o vosso acordo para que isto seja aprovado rapidamente, para que na Freguesia de Belém este mecanismo possa existir, de pleno direito – claro, qualquer pessoa que queira fazer alguma denúncia, por alguma coisa, pode fazer ainda, tudo bem, estamos em democracia, é ótimo. Mas, agora há estas regras próprias, através destas plataformas. Isto é uma coisa muito técnica.

Não está cá o assessor que tratou disto mais diretamente, que é uma pessoa que já trabalhou e trabalha neste tipo de situações. E portanto, tenho plena confiança de que este é um dos primeiros passos que temos que dar, e rapidamente, porque não se compadece com mais demoras.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com duas (2) abstenções (IL e PS) -----

PONTO 6 – Apreciação e aprovação do representante da Freguesia na
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lisboa Ocidental

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente, está aqui o currículo, é um elemento que trabalha na nossa ação social, foi a pessoa que achámos ideal, adequado, para ser o representante na CPCJ.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com uma (1) abstenção (PCP), e os votos favoráveis das restantes forças políticas. -----

PONTO 7 – Apreciação e ratificação do Regulamento do Belém Vólei 2024

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 8 – Apreciação e votação do Regulamento da Competição Indoor
do Belém Vólei

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 9 – Apreciação e votação do Regulamento do Concurso Montras de
Natal de Belém 2024

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 10 – Apreciação e ratificação do novo Regulamento do Programa
Escolas com Voz para o ano letivo 2024-2025

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 11 – Apreciação e votação da alteração à tabela de preços de venda
ao público de artigos diversos para a prática de natação no Complexo de
Piscinas do Restelo

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com uma (1) abstenção (PCP), e os votos favoráveis das restantes forças políticas. -----

PONTO 12 – Apreciação e ratificação ao Regulamento Geral de Utilização e Funcionamento da Piscina Municipal do Restelo

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com uma (1) abstenção (PCP), e os votos favoráveis das restantes forças políticas. -----

PONTO 13 – Apreciação e votação do Relatório de Avaliação do Projeto Clubes Paula Vicente

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, eu tenho mesmo uma dúvida: estes relatórios são apenas apreciados, ou são votados? Isto precisa de ser votado, um relatório? É apreciação, só. Isto é apresentação e apreciação.

--- Patrícia Campos (PS) ---

Queria só parabenizar a equipa de coordenadores do Projeto dos Clubes Paula Vicente, porque é realmente extraordinária a avaliação. E dar os meus parabéns à equipa.

O ponto foi apreciado. -----

PONTO 14 – Apreciação e votação do Relatório Anual de Atividades do Projeto Intervir em Belém

O ponto foi apreciado. -----

PONTO 15 – Apreciação e votação do Projeto de Intervenção Socioeducativo do ano letivo 2024-2025

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Primeiro, acho um projeto muito interessante, temos de congratular a Junta.

Mas, tinha aqui uma questão que eu não consegui ver, não sei se o relatório que nos deram estava completo, ou não, se medem alguma taxa de sucesso, ou como é que se mede a taxa de sucesso deste Projeto de Intervenção Socioeducativo, se é pelo número de alunos vs. participação nas diversas atividades. Não sei, mas não consegui ver isso no relatório, também não vi se o relatório estava completo aqui na documentação que me deram.

Mas, gostei muito daquilo que li, mas fiquei com essa dúvida.

--- Helena Lencastre (Vogal) ---

Aqui, este não é um relatório, este é o projeto que vamos fazer no próximo ano. Este é o projeto de intervenção para este novo ano letivo, nas várias componentes. É um projeto onde estão incluídos todos os outros que estamos a apreciar – a CAF, as AAAF, o Intervir, com os “Afetos”, a Rádio, as “Escolas com Voz”, tudo isso em que fazemos uma intervenção na freguesia, e mais propriamente o Agrupamento e os Clubes Paula Vicente. Fazemos nas escolas do Restelo, no Agrupamento de Escolas.

Aqui neste Ponto n.º 15 não há uma avaliação, uma proposta.

Nos anteriores, já tentámos, com uma faculdade, fazer a proposta de ter uma noção de que é que isto tem impacto na progressão e na valorização dos nossos jovens e crianças, mas não temos ainda. Mas, é uma meta que queremos atingir, que é perceber um bocadinho o que é que isto implica.

Temos sempre um crescimento, temos aqui um número de valores, temos um crescimento, e todos os anos temos cada vez mais alunos interessados em participar. Em todos os projetos temos tido um crescimento. Mas, em alguns deles, não é um vetor que estamos a analisar ainda muito bem, tem que ser melhorado.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 16 – Apreciação e votação do Relatório de Avaliação do Programa de Apoio à Família

O ponto foi apreciado. -----

PONTO 17 – Apreciação e votação do Relatório Anual Comunidade Escolar, Escolas com Voz e Rádio Freguesia de Belém

O ponto foi apreciado. -----

PONTO 18 – Apreciação e votação do protocolo entre a Junta de Freguesia de Belém e o Jardim Zoológico de Lisboa e de Aclimação em Portugal, S.A.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 19 – Apreciação e votação do protocolo de Estágio do Curso de Treinador – Grau I entre a Junta de Freguesia de Belém, a Federação Portuguesa de Natação e Paulo Jorge Antunes de Sousa

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu só tenho aqui uma solicitação, visto que estamos aqui a fazer um protocolo para um estágio de um professor, façam os possíveis para, a seguir, se correr bem, o contratarem, porque isto, é muito difícil manter bons profissionais.

O meu pedido à Junta é que, a seguir, o contratem, para ele ficar como professor.

--- Presidente do Executivo ---

Nós sabemos, não é fácil contratar gente para essas coisas, sabemos. Isto é uma parceria com a Federação Portuguesa de Natação, mas, às vezes, é muito difícil contratar pessoas, eu sei. Por isso mesmo é que nós também mostrámos abertura para fazer este estágio. Não eramos obrigados, e assim vamos conhecendo as pessoas, e depois facilita recrutamentos de qualidade.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 20 – Apreciação e votação do Regulamento de utilização do Campo Polidesportivo de Caselas

--- Samuel Serrano (PSD) ---

Eu sou residente em Caselas, toda a minha vida vivi lá, vivo há cerca de vinte e seis anos (mais ou menos) em Caselas, e para ser sincero, eu já vi aquele campo com vida, já vi pessoas lá a jogar futebol. O meu irmão já jogou lá futsal, e eu assistia aos treinos dele, assistia aos jogos, onde acontecia tudo, na verdade – ou seja, havia um bairrismo muito grande junto daquele campo. Ele jogava para o clube de futebol do Caselas, já foi há bastante tempo.

O campo já existiu, já teve atividade física e atividade desportiva. Depois, de há uns anos para cá, deixou de existir, e ficou assim sem atividade física, sem ninguém a praticar desporto, começou só a ser utilizado pelos moradores que iam lá de vez em quando fazer algum desporto.

E isso fez com que o campo ficasse um bocado ao “abandono”, e fez com que não tivesse tão boas condições para albergar jogos, competições, modalidades, fosse o que fosse, e só para uso recreativo.

Entretanto, tenho acompanhado todo este processo, desde o início, em que se falava ainda da cobertura para o campo de Caselas, até à remoção da cobertura do campo de Caselas.

Entretanto, as obras foram feitas, o campo foi remodelado, e neste momento estamos no último passo, que é, nada mais, nada menos, que o regulamento, que hoje vai ser votado.

E houve já várias reuniões, lembro-me também de uma consulta pública que houve em Caselas, no Clube de Caselas, onde eu também estive presente, onde várias das pessoas que estão aqui hoje também estiveram lá presentes, também falaram, na altura. E a verdade é que este assunto já se arrasta há algum tempo – há alguns anos, eu penso – e no fim do dia, o que estamos aqui a fazer hoje, e a votar, vai ser o consenso entre as pessoas que estão aqui do meu lado esquerdo, que é o Executivo da Junta de Freguesia de Belém, e as pessoas que estão aqui do meu lado direito, que são os moradores e os habitantes que vivem em Caselas.

Portanto, no fim, nós estamos a chegar a um meio termo. Não vai agradar a toda a gente, é verdade, porque, como é um meio termo, não agrada a 100% nem a uns, nem aos outros, mas é aquilo que achamos que faz sentido, é aquilo que, ouvindo as preocupações das pessoas que lá vivem, que lá moram, que a nós mais nos apraz executar.

E por isso, achamos que devemos regulamentar e regimizar, tendo regras para a utilização do espaço, dando sempre também primazia, e dedicando tempo às pessoas que lá vivem – ou seja, é uma coisa inédita, nós temos um campo que vai ter durante X tempo por dia, do dia a dia, X horas dedicadas exclusivamente aos habitantes de Caselas. Não é muito comum se ver isso noutros campos, ou nos clubes, ver esses campos e esses polidesportivos apenas cedidos aos moradores, que é algo que vai acontecer nesta proposta. Acho que isso é algo muito importante e relevante, e de salientar.

E por último, penso que a utilização até às vinte e uma horas é uma excelente hora. Sei que para as pessoas que ali vivem pode ser um bocado complicado pelo barulho, eu percebo, mas não é assim tão tarde. Às vinte e uma horas, algumas pessoas podem já ter jantado, outras encontram-se a jantar, mas a verdade é que não vai ser por termos dez, doze ou catorze pessoas que o barulho vai ser tão exponencial que não se vai conseguir jantar, ou não se vai conseguir dormir, ou não se vai conseguir relaxar, ou fazerem o que quiserem dentro de casa, pelo barulho que vão ter à porta de sua casa, no polidesportivo de Caselas.

O outro ponto é o estacionamento. É verdade que Caselas tem pouco estacionamento livre, é verdade, mas esse é um problema que não acontece só em Caselas, é um problema de toda a cidade de Lisboa. O que é que aconteceu? Nos últimos anos, cada vez as pessoas têm mais carros, não utilizam a bicicleta, ou não têm uma mota, não têm outro veículo de deslocação sem ser o carro.

Portanto, se enquanto numa casa, há uns anos atrás, se calhar só tínhamos um ou dois carros, hoje em dia temos três a quatro carros. Os sítios não mudaram, ou seja, os sítios são os mesmos, os lugares são os mesmos, mas como o número de carros é maior, o que é que acontece? Há menos estacionamento disponível. Isto é a lei da oferta e da procura do estacionamento, basicamente é isto que acontece. Portanto, há uma procura muito grande por estacionamento, e a oferta é reduzida, porque a oferta se manteve e a procura aumentou muito.

E acho que sobretudo é isto, e a verdade é que, lá está, eu espero que o regulamento seja aprovado, e que com isso traga outra vez aquela alegria de ver as pessoas do bairro a jogar lá, e apoiarmos as equipas que vêm lá jogar, e haver aquela rivalidade. Acho que vai ser uma coisa muito positiva, já aconteceu no passado, e portanto, acho que também pode vir a acontecer no futuro.

--- Tiago Veloso (PS) ---

Sr. Presidente, todos nós sabemos, que acompanhamos aqui as Assembleias, que o Sr. Presidente tem uma dificuldade imensa em responder às nossas perguntas. Mas, eu sou um otimista, e por isso, volto a fazer a pergunta, porque acho que é importante, porque o ponto foi retirado numa das sessões da Assembleia para ouvir a população. Quais é que foram os contributos da consulta pública que verteram para o regulamento?

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu li o regulamento, e vi uma parte que não me agrada, que é a cedência gratuita, seja a que título for. Não há almoços grátis, acho que pelo menos devia haver um custo mínimo que cobrisse o tempo de utilização do pavilhão. Para mim, não existe gratuitidade dos serviços, eles são pagos por nós, acho que toda a gente, se os quer usufruir, devia de pagar, o mínimo, e, se calhar, pode ser em função da disponibilidade das pessoas. Mas, “gratuito”, para mim, e para a Iniciativa Liberal, é sempre uma palavra difícil de ver e de aceitar nos regulamentos que existem.

A segunda questão já foi apresentada pelo Partido Socialista, não tenho mais nada a dizer.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

O tema do polidesportivo de Caselas remete-nos para uma discussão que vai muito além do polidesportivo de Caselas – muito além – e, de certa forma, é um tema que nos remete para a discussão de como encaramos a cidade, de como encaramos os cidadãos, de como encaramos os serviços públicos, de como encaramos o espaço público, e de como encaramos tudo isto.

A Iniciativa Liberal é clara: queres espaço público? Paga. Queres educação? Paga. Queres serviços de saúde? Paga. Queres habitação? Paga. Quem não puder pagar, olha, meu amigo, desenrasca-te.

E portanto, retomando a questão, eu acho que o que está em discussão aqui no polidesportivo de Caselas é muito mais do que isso.

Eu gostava de começar a minha intervenção por perguntar: o que é que foi o polidesportivo de Caselas no início? Quando o bairro surgiu, o que era aquele campo de jogos? Aquele campo de jogos respondia a necessidades do bairro, como os jardins, a Praça da Igreja, as ruas, os passeios, era um campo de jogos para dar espaço às pessoas do bairro de utilizarem uma infraestrutura equipada para andarem a dar uns toques, andarem a dar umas voltas, fazer umas corridas, e é um campo de jogos do bairro.

Depois, com o clube, a coisa até ganhou uma nova dimensão, mas o campo de jogos do Bairro de Caselas sempre foi um campo de jogos de bairro – não é do bairro, é de bairro – para responder a procuras locais de bairro.

E essa procura, ou a resposta que o campo de jogos do Bairro de Caselas dava, era uma procura informal, livre, gratuita e universal. E isto eram direitos que estavam garantidos com a criação original do campo, de acordo com necessidades das populações daquela altura, e o campo de jogos sempre foi isto, foi um campo de jogos para responder a uma procura fundamentalmente informal, livre, gratuita e universal.

Agora, temos a proposta, que depois das palas que voaram, e que eram para aterrar, e que não aterraram, e que ficámos sem saber onde é que elas ficaram, temos agora a proposta de regulamento que está em cima da mesa.

Vale a pena insistir na pergunta, a consulta pública *online*, cujos contributos esses foram tidos em consideração aquando da elaboração do mesmo. Muito bem, quantos contributos? Qual o conteúdo dos contributos? E quem é que garante que eles foram contidos na elaboração do mesmo, quem é que assegura isso?

Portanto, era importante que esses contributos fossem disponíveis, para todos percebermos o que é que foi falado.

Depois, relativamente às questões dos horários: a utilização informal, livre, gratuita e universal é possível em 16% durante os dias da semana, e em 28% do tempo durante os fins de semana e aos feriados. Depois, a utilização do campo passa a 50€ por hora. Consegues pagar, utilizas o campo; se não consegues pagar, não utilizas o campo – para além da formalização do requerimento escrito, o que vai tornar a coisa, de facto, bastante acessível e bastante imediata.

Depois, um art.º 14.º, das taxas, que é uma trapalhada – é uma trapalhada. O Ponto n.º 1 remete para o art.º 7.º, n.º 2, cujo conteúdo não está de acordo.

--- Presidente do Executivo ---

Há aí um pequeno lapso, é art.º 6.º, não é art.º 7.º.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu vou continuar com aquilo que recebi.

O art.º 14.º é uma trapalhada, que tem o n.º 7, que remete para o n.º 2, cujo conteúdo não está de acordo, e tem um n.º 2 que remete para o art.º 7.º, n.º 1, cuja relação não tem nada a ver com aquilo que se quer dizer, e o n.º 3, que não existe.

E depois, a questão mais importante: há pouco, o Diogo fazia a questão do que é que nós tínhamos; eu retribuo a questão com: o que é que nós vamos ter? O que é que nós vamos ter? Nós vamos ter uma infraestrutura que vai ser subvertida na sua utilização, vai ser outra utilização.

Há uma boa notícia para o Presidente da Junta. Vamos supor, num daqueles meses de sorte para adesão ao campo do polidesportivo de Caselas, com uma taxa de ocupação, eu vou dar uma folga de 25% não ocupada, uma taxa de ocupação de 75%. Isto quer dizer uma receita de 11.306€ por mês, e 124.368€ por ano.

E portanto, deixámos de ter um campo, que era um campo de jogos de bairro, com uma utilização informal, livre, gratuita e universal, para um campo em que é preciso um requerimento, é condicionada, é paga, e é para aqueles que podem pagar.

E portanto, isto, de facto, como foi dito há pouco, é um absurdo, e não há senso nenhum aqui nisto.

Eu creio que o regulamento pode ser aprovado, mas eu acho que esta é daquelas situações em que nós temos que nos socorrer do poeta, e o poeta dizia: *“Não me obriguem a ir para a rua gritar”*. Eu acho que é tempo de as pessoas do bairro continuarem, e irem para a rua gritar, porque isto, de facto, é um absurdo, e isto não tem sentido nenhum, ser criado e ser instituído na freguesia.

As pessoas do Bairro de Caselas e as pessoas da freguesia precisam de outro tipo de equipamentos, precisam de outro tipo de utilização de espaço público, e precisam de outro tipo de respeito para com os seus direitos como cidadãos, normais, sem ter que pagar.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

Não resisto a comentar, que eu percebo que a intervenção do representante político do PCP, que venha citar a letra de uma música, e venha falar sobre a procura livre, gratuita e universal. Eu percebo esta tentativa, quase poética, de um tempo passado do campo de jogos. É verdade, mas, de facto, as coisas mudaram, Caselas mudou. Eu não quero estar sempre a dizer isto ao PCP, mas o mundo mudou. Sem piada política mesmo, mas mesmo legislativamente, mudou. Hoje em dia, temos uma portaria de regulamento técnico de pavilhões desportivos; hoje em dia, temos leis para segurança e para salubridade dos recintos desportivos; hoje em dia, temos – e o Josué concordará – temos um direito à fruição e à atividade desportiva. Se calhar, quando era só um campo de jogos, ou um campo pelado, ou simplesmente quando as crianças ali jogavam à bola, era melhor, se calhar não havia estes direitos, se calhar não havia esta segurança, se calhar não havia estas obrigações que hoje em dia temos, e, se calhar, com o excesso de burocracia – que de certeza aqui o Pedro Lancastre até concordará com isso.

Mas, a verdade é que essa ideia romântica e poética da procura livre e universal, estamos a falar de uma outra coisa, que não um pavilhão desportivo qualificado. Tem tarifas? Tem, e isto é normal, e é hipocrisia achar que não é. E onde a CDU exerce o poder executivo autárquico também há tarifas. Quer dizer, eu percebo a tentação de vir aqui citar músicas revolucionárias, e é muito bonito se pensarmos nos “Índios da Meia-Praia”, mas hoje em dia, graças a Deus, temos a CPCJ, e há coisas que naquela altura aconteciam, que, hoje em dia, ainda bem que não acontecem.

Há uma requalificação pública, penso que estamos de acordo que é uma coisa boa, porque há uma infraestrutura pública, que também estamos de acordo que seja uma coisa boa, há um investimento público numa infraestrutura pública, para a segurança pública e para a fruição pública da atividade desportiva – estamos de acordo, penso eu. Não estamos nas tarifas, tudo bem. Queríamos que fosse tudo de graça, que haja um serviço público de pavilhões gimnodesportivos, discordamos, com certeza.

O que está neste regulamento são as garantias para a manutenção de um investimento numa infraestrutura pública, através de formas diferentes – e podemos aí discordar de qual é, entre concessões e assegurar direito aos residentes, etc., podemos todos discordar. Mas, o que está – e nisto, o Josué veio falar de como era bom antes, que havia uma procura livre, gratuita e universal, eu pergunto-lhe se a procura livre, gratuita e universal que existia há cinco anos atrás, com os balneários vandalizados, com casos identificados de emergência social, se era isso que era bom e poético, e que merece virmos para a rua gritar, porque me parece que é exatamente por aí que podemos discordar, depois, nos pormenores, mas que o facto de a Junta – que, diga-se de passagem, democraticamente levou esta questão, como já foi dito pelo Sr. Presidente, foi a votos, está num programa, e teve a maioria da vontade popular – o decidiu requalificar.

Portanto, neste sentido, eu gostava de pedir ao Executivo, porque eu penso que é interessante para todos perceber as alterações em relação ao regulamento anterior, que demonstram que foram ouvidas preocupações, desejos, questões, como aquelas que já referimos, sobre os horários, as competições e, desde já, a estrutura arquitetónica.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

O campo estava melhor há cinco anos? Não. O problema é que o campo, há cinco anos, continuava a ser propriedade da Junta de Freguesia, e esteve durante as duas décadas anteriores abandonado.

Portanto, a pergunta não deve ser dirigida aqui; a pergunta deve ser dirigida ali, é por que é que esteve durante década e meia aquele campo nas circunstâncias em que esteve, porque não é por falta de recursos financeiros que a Junta não fez uma intervenção de qualificação daquela infraestrutura, que sempre foi uma infraestrutura minimamente qualificada.

O problema fundamental é a desproporção, a completa e total desproporção que altera, e adultera totalmente a futura utilização do campo, é a desproporção invertida que existe entre o período afeto às populações – não só ao bairro – e o outro período, que pode ser utilizado por coletividades, clubes, associações de carácter lúdico-desportivo.

E este regulamento, o que coloca é que fora daqueles 16% de tempo que reserva a uma utilização do bairro, ou da comunidade, quem quiser fazer um jogo de solteiros e casados vai ter que pagar uma utilização de um equipamento que é público.

E portanto, eu volto a insistir neste ponto: o que o regulamento impõe é uma total alteração do modelo de utilização do campo, contrariamente àquilo que foi a história do campo, fez o percurso histórico do campo, e responderia às necessidades das populações.

Se o mundo mudou, é verdade, o mundo mudou, o mundo está sempre a mudar. Agora, há coisas que permanecem, e são direitos às populações – direitos ao desporto, direitos aos espaços livres, direitos aos equipamentos públicos, e um acesso a todos esses equipamentos públicos, e a esse desporto, e a essas infraestruturas. E se ela for tendencialmente gratuita, melhor, porque inclusivamente – e nós fizemos essa comparação – se fizemos uma comparação entre as taxas que estão a ser ali impostas – e quero, neste ponto, fazer a seguinte observação: não faz qualquer sentido compararmos aquele equipamento com o polidesportivo da Ajuda, não faz qualquer sentido. São equipamentos de outra dimensão, de outra natureza, de outra amplitude, de outro grau de influência. E portanto, não faz qualquer sentido.

Mas, o ponto que eu quero dizer é que aquele equipamento deve ter uma utilização fundamentalmente dirigida e livre às populações da freguesia, da cidade de Lisboa, e não com os condicionalismos que aqui o equipamento tem.

E não nos esqueçamos, os recursos públicos têm origem nos impostos. E portanto, mesmo nessa perspetiva, a utilização é sempre paga, nós já pagámos as coisas. Mas, o ponto central da nossa posição nem se refere a essa questão; é a adulteração total do modo de utilização e de usufruto que o campo virá a ter.

--- Presidente do Executivo ---

Vou falar, e depois vou passar aqui ao João, para especificar mais esses pontos que tem aqui, foi ele que coordenou esse aspeto.

Mas, isso tudo que disse, desculpe lá, e salvo melhor opinião, é um absurdo total. Isto é que é um absurdo, porque – e não vou responder aos populismos de certas forças políticas, como é o seu caso neste caso, até era complicado estarmos de acordo com este tipo de intervenções do PCP, que aproveita estas reuniões para fazer a sua doutrinação política, e tal, e aproveita-se da democracia para isso. Muito bem, ótimo, tudo bem.

Agora, o que eu lhe quero dizer, aqui há uns tempos tivemos uma situação idêntica – reflita também nisto – uma coisa bem idêntica, por causa dos Clubes Paula Vicente, em que estavam muito incomodados com as taxas que estávamos a cobrar. E, realmente, só quando nós falámos numa situação idêntica na Junta, comunista, de Carnide, é que V. Exa., nessa altura, achou que se devia calar, porque foi apanhado nessa situação crítica, não tinha qualquer hipótese, foi desmascarado à frente de toda a gente.

E hoje é a mesma coisa. Os populismos, é assim que acabam, sejam da direita, sejam da esquerda.

E por isso mesmo, o que eu lhe queria dizer é que em vários locais existem situações destas – e estou a falar-lhe de uma muito utilizada aqui na nossa freguesia, Escola Marquês de Pombal, ou no Clube Desportivo de Pedrouços, não sei se sabe como é que funcionam estes equipamentos. E portanto, está tudo feito em consonância com isto.

E vou pedir, Sr. Presidente, se lhe posso pedir aqui, como tanto o Tiago Veloso, como o Josué Caldeira, pediam, vamos, então, se assim querem – e eu sei, mais ou menos, mas para ser mais preciso – que o João, que tem aqui isto registado, explique quais foram alguns dos pontos que integrámos, e os que não pudemos integrar – grande parte deles não pudemos integrar porque eram completamente irrealistas.

Olhe, um deles, posso dizer qual é que foi, lembro-me perfeitamente, eram as redes nos topos, para fazer menos barulho com as bolas. Isso vamos fazer, é um compromisso nosso.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Eu não combinei esta intervenção com o Diogo Belfort, mas enquanto estávamos aqui a ouvir, estava na mesma altura aqui a procurar alguns exemplos que complementam o que o Diogo Belfort disse, porque, de facto, esta questão de os espaços desportivos serem taxados é uma coisa que atravessa o país todo, em todas as Câmaras, de todos os Partidos. E, de facto, o Josué, que representa aqui a CDU e o PCP, fala com esta eloquência toda sobre esta desgraça que é haver uma cobrança por parte destes malditos liberais que estão na Junta, e que o PCP defenderia toda uma utilização livre do espaço, a toda a hora.

Lá está, depois a realidade ultrapassa-nos, e basta ir ao art.º 81.º da tabela de taxas da Câmara Municipal de Évora, ou ao n.º 7.3 do regulamento de taxas da Câmara Municipal de Setúbal, ambas geridas pelo PCP, e ver exatamente que está lá nas tabelas de taxas o preço pela utilização dos campos desportivos, equivalentes ao campo desportivo de Caselas. São vários, é uma questão transversal. Não é uma questão política, é uma questão de gestão – é uma questão de gestão dos dinheiros públicos. Acho que, nesta questão, estaríamos conversados.

Aproveito também, já agora, e, Sr. Presidente, há de me dar aqui alguma tolerância, mas vou ser muito breve também, só para ler aqui uma notícia de 2011, onde esta Freguesia de Belém ainda não existia, onde o campo desportivo de Caselas não estava sob gestão da anterior Junta de Freguesia, se não estou em erro, mas estava sob gestão até da Câmara Municipal – se não estou em erro, uns anos antes também o PCP estava na Câmara – e vou só ler aqui uma coisa muito rápida. Isto é num *blogue*, é fácil pesquisar, ver se eu estou a dizer a verdade, ou não, isto é do Cidadania LX, no *blogue* do Cidadania LX, julgo que é conhecido pelas forças políticas.

E diz assim, isto em 2011: *“O polidesportivo apresenta hoje um aspeto lastimoso. Os responsáveis são, em primeiro lugar, os sócios do clube, por muito que isso lhes custe, e a sua Direção, mas também a CML, que rigorosamente nada faz para que esta situação seja resolvida, deixando tudo ao abandono.”* E depois, tem uma série de fotografias, e mais texto, que eu, obviamente, não vos vou incomodar ao estar a ler.

E portanto, só para dizer que isto não é uma situação de agora, nem de há dez anos; é uma situação que se passava há muitos anos – aliás, também a situação que o Diogo Belfort descreveu, do estado em que o campo foi estando.

Respondendo à questão muito objetiva da consulta pública, houve vinte e oito contributos na consulta pública, relativos a vinte e três moradas – portanto, vinte e três casas, ou pessoas que vivem em casas diferentes, que participaram, num total de vinte e oito.

E, de facto, diria que talvez metade dos contributos que existiram na consulta pública eram *copy / paste* uns dos outros. Claramente foi um texto que circulou entre as pessoas, e as pessoas pegaram no texto e puseram lá no formulário, o que é perfeitamente legítimo, obviamente, isto acontece em todo o lado, também sabemos, não é novidade nenhuma. Mas, só para explicar que a diversidade de opiniões não foi assim absolutamente extraordinária.

E basicamente as opiniões que foram, bastantes delas, acolhidas – e lá está, se virmos o regulamento que veio, e que ainda chegou a ser distribuído na última Assembleia, ou até antes, quando se falou com a população de Caselas, já há bastante tempo, sobre um primeiro regulamento, ver-se-á que houve muitas propostas que foram acolhidas.

Para já, retirou-se – e isso era uma questão que a população de Caselas tinha, a questão da competição. Se vocês virem no texto, hoje em dia, não está lá escrito que o campo é destinado a ter competição desportiva.

Foi reduzido – aliás, o Sr. Presidente também já referiu isso – foi reduzido o horário, das vinte e duas para as vinte e uma.

Foi esclarecido, para que não houvesse também dúvidas, que a utilização nos períodos definidos, gratuitos, era gratuita e não era preciso nenhum registo prévio – porque parecia que havia essa dúvida, provavelmente por uma redação talvez não totalmente esclarecedora, mas tratámos de colocar essa questão bem específica e bem visível no regulamento, ninguém paga nos períodos que estão determinados.

E pronto, basicamente eram estas também as grandes preocupações que a população demonstrou.

Reparem, é como já ouvimos uma ou outra pessoa dizer, por exemplo, há pessoas que não querem – o Josué queria sempre que fosse tudo gratuito, e tudo de borla a toda a hora, ou não queria que fosse gratuito a toda a hora, mas queria que a maior parte, se calhar, fosse gratuita. É claro que há pessoas que gostariam que a utilização do campo acabasse às cinco da tarde, ou às seis, ou às sete, é legítimo. Agora, como também o Diogo Belfort disse, encontrou-se aqui um meio termo entre aquilo que eram as propostas iniciais, que iam até às dez ou mais, e aquilo que está hoje em dia, que é às nove da noite. Encontrou-se aqui um meio termo entre todos.

Isto aqui não é uma questão de ganhar ou perder, porque isto não é para nós ganharmos – nós, Junta, ou aquele grupo de moradores ganhar. Não, chegámos todos a um meio termo. Esse meio termo é isso mesmo, não contenta toda a gente, contenta em partes, se calhar, iguais os vários intervenientes.

Isto foram basicamente as alterações que houve, e que foram os contributos das pessoas que participaram na consulta pública.

--- Tiago Veloso (PS) ---

É só um reparo. Eu não sei se percebi bem, João Carvalhosa, mas disse-nos que o pedido de utilização gratuita dos moradores no polidesportivo não tem qualquer tipo de registo prévio. Mas, no art.º 7.º, nas condições de cedência das instalações do polidesportivo, diz, no Ponto n.º 2: “Os pedidos de cedência, gratuita ou onerosa, concretizam-se mediante requerimento escrito, dirigido à entidade gestora...”, e depois há um rol de seis ou sete informações que têm que se fazer.

E só uma frase, que é: então, as alterações, depois da consulta que se fez à população, do último regulamento para agora, a alteração foi a mudança de horário, das dez para as nove horas. É porque a intervenção foi 70% para justificar – e eu não estou aqui para defender o PCP – que há exemplos na Freguesia de Moimenta da Beira... E depois, a alteração que houve no regulamento foi uma, pelo que eu percebi, retirou-se das dez... E a vedação, desculpe, duas.

--- Presidente do Executivo ---

Vamos lá ver, de facto, isso está no regulamento, oneroso ou gratuito. Como viram, este regulamento está feito, seja a freguesia a fazer diretamente, seja alguma coletividade, ou o Caselas propriamente dito – que era o mais natural, que está ali perto. Mas, se for a Junta de Freguesia, vamos lá ter um homem em permanência a tomar conta daquilo. E quando for para abrir ao público, ele está lá.

Obviamente, para cobrar dinheiro, é diferente. Para cobrar taxas, tem que ser através de uma via mais administrativa, na coletividade.

Não, é a mesma coisa, está lá a pessoa com aquilo aberto, e isso, temos que depois falar, se isto for aprovado, porque não era preciso haver um regulamento, atenção, para aquilo funcionar. Mas, é melhor para defender a população.

E nesse caso concreto, havemos de falar eventualmente com o Caselas, ou com quem quiser – mas, o Caselas, se estiverem interessados, como eu penso que estão interessados – porque, nessa altura, quando forem esses pontos, eles estarão atentos para lá estar alguém com aquilo aberto, para as pessoas poderem entrar normalmente.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Sr. Presidente, eu gostaria só de esclarecer, até porque estão pessoas aqui do bairro, para não ficar esta dúvida no ar, porque são duas coisas diferentes.

No regulamento, no 6.2, diz: “A utilização individual por parte de habitantes / residentes na freguesia é gratuita...” – e depois, no final da frase, diz: “... sem necessidade de marcação prévia.”

E no 7.1 e 7.2 fala-se de pedidos de cedência gratuita, que são coisas diferentes. Ou seja, imagine que o Clube Desportivo de Pedrouços quer utilizar o espaço gratuitamente, é isso, são coisas diferentes. Naqueles períodos que estão definidos, qualquer pessoa pode entrar, o portão está aberto, pode entrar, jogar e sair.

--- Presidente do Executivo ---

Obviamente, controlado por quem vai ter a gestão daquilo, para não se deixar degradar.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, há uma questão formal: nós vamos votar um regulamento que, por intervenção do Sr. Presidente, tem erros, tem gralhas – eu corrijo, tem gralhas. Se a Junta de Freguesia identificou essas gralhas, o mínimo que devia ter feito era apresentar uma errata, ou então – e era esse o pedido que eu fazia – era perguntar se para além daquelas gralhas relativamente ao art.º 14.º, na referência ao art.º 7.º, que é o art.º 6.º, se há mais outras coisas para corrigir.

Sr. Presidente, há um mínimo de formalidade nestas coisas, e o que eu vou aprovar, ou o que os senhores vão aprovar, é um regulamento que fala do art.º 7.º, n.º 2, e não do art.º 6.º, n.º 2.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com sete (7) votos a favor (PSD e CDS-PP), um (1) voto contra (PCP), e cinco (5) abstenções (PS e IL). -----

PONTO 21 – Apreciação e votação do Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e o Clube de Futebol “Os Belenenses”

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 22 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Há uma que me saltou um bocadinho à vista, e gostava de fazer a pergunta. Eu li com atenção, e está bem sustentada, mas saltou-me aqui à vista, que é: “A Junta de Freguesia funciona atualmente em dez locais diferentes.” Eu pergunto se isto é um motivo de orgulho, ou antes pelo contrário, porque mais instalações, mais burocracia, acho que, se calhar, não deve ser um motivo de orgulho.

Mas isso, cabe ao Sr. Presidente e ao Executivo explicar. Eu percebo que devem ser dez porque tem que ser, mas que não é motivo de orgulho, eu acho que não é.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

Eu gostava só de reter e agradecer, de facto, uma questão em que esta Assembleia de Freguesia tem repetidamente insistido, que é a importância de trazer relatórios de avaliação, e de ter um relatório escrito com informação, desta forma. Fico muito satisfeito. Isto já foi origem de muitos debates no passado, e hoje vemos, de facto, a importância que isso tem.

E portanto, dar os parabéns, que é exatamente isto que é importante ser feito, e agradecer esse esforço, que tenho a certeza de que isto dá muito trabalho ao Executivo.

--- Presidente do Executivo ---

Pedro Lancastre, não sei por que é que parte do princípio de que isto é motivo de orgulho, ou não. Não é motivo de orgulho, é um facto. Isto é, infelizmente nunca conseguimos aumentar as nossas instalações como pretendíamos, por exemplo, no edifício da Junta, saindo de lá a Embaixada de Timor, como várias vezes esteve previsto. Eles não quiseram, depois eles quiseram a nossa parte, nós também não quisemos sair, porque temos o Espaço Ecológico ao lado, e tal, e portanto, ficámos ali. Depois, tínhamos a delegação cá em cima, que era a antiga sede de S. Francisco Xavier, e que era a delegação.

E agora, conseguimos uma instalação boa, que é uma moradia que era a antiga sede da SRU, ao lado do estaleiro, porque ficámos sem o estaleiro e sem o armazém lá em baixo, mas conseguimos – e isso aí é motivo de orgulho, temos conseguido superar essas dificuldades. Mas, está a ser uma loucura, porque estamos com muitas obras ao mesmo tempo, e com muitas mudanças. Até lá na Junta estamos a fazer obras na secretaria, a secretaria está a funcionar provisoriamente cá em cima, na Delegação A.

A delegação, a outra que criámos, onde está a educação e os licenciamentos, é a Delegação B, que foi agora criada. Na Delegação A fica a ação social, que vamos abandonar as antigas instalações da ação social, que eram pagas, era arrendado, vamos poupar nisso porque vamos deixar de pagar esse arrendamento a partir do dia 1 de novembro. Perdemos essa instalação, mas vamos para a Delegação A, a ação social, a cultura e o desporto.

Temos estado numa de funcionarmos, mas tentamos otimizar aquilo que temos. E por isso mesmo, tínhamos aquela instalação que estava muito bem feita, ali ao lado da Delegação A, que era a ação social, mas também estivemos a ver o que estávamos a pagar por mês, e que podíamos evitar se fossemos um bocadinho mais organizados, como estamos a ser, para cabermos todos nas instalações que temos.

É para as pessoas saberem como é que é. Infelizmente, não temos tudo. A Câmara Municipal de Lisboa também tentou, há uns anos, pôr tudo no mesmo edifício, fizeram aquelas célebres torres ali no Campo Grande, claro que não está lá a Câmara Municipal de Lisboa toda, nem pouco, mais ou menos. Aliás, os próprios Vereadores estão sementeados por vários sítios, nomeadamente à volta dos Paços do Concelho.

Nós, aqui em Belém, de facto, com a dimensão que temos, gostaríamos de ter uma coisa só, mas não temos. E graças a Deus, já foi um grande apoio esta instalação, que era a administração da SRU, depois de termos isto mais ou menos estabilizado, que ainda não está, porque nas traseiras tem o estaleiro, que também estamos a arranjar.

Por isso mesmo, não sei por que é que diz que é motivo de orgulho. Não é motivo de orgulho, a palavra é sua. Não é motivo de orgulho, não sei por que é que há de ser orgulho, ou não orgulho. É uma informação que estamos a dar, pronto.

É motivo de orgulho podermos resolver os assuntos das pessoas, dos funcionários, e do funcionamento, e melhorar isso, é, mas estamos em plena onda ainda, numa linguagem de surfista, ainda vai demorar uns meses a tentarmos estabilizar esta situação em que estamos neste momento.

Posso dar aqui uma informação importante: está prevista para 7 de outubro a inauguração – a inauguração, quer dizer, o fim da reabilitação do farol, ali na zona ribeirinha de Lisboa. Foi um investimento grande, o Sr. Presidente da República já fez questão de dizer que gostaria de estar presente. Claro, estará o Presidente da República, estará o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Gouveia e Melo, e estará o Presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, pelo menos, porque foi feita uma delegação de competências da Câmara na Junta de Freguesia, e com o apoio da Marinha, que ofereceu o farol. E vai ficar ali, de facto, um monumento que estava há anos de ninguém, ninguém assumia a propriedade ou a posse daquele museu, e nós resolvemos isso, e foi recuperado. Está neste momento ali, e é um motivo de orgulho. Isto é que é motivo de orgulho.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2024 pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....
1º Secretário

.....
2ª Secretária